



Boletim do

**Comitê de Enlace pela  
Reconstrução da  
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Abril de 2015 - R\$ 3,00

**Reconstruir o  
Partido Mundial da Revolução  
Socialista - a IV Internacional**

**Resoluções da  
Conferência de abril de 2015  
do Comitê de Enlace**

**Viva o  
internacionalismo  
proletário!**

## Apresentação

Em 4 de abril de 2015, realizou-se a Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). Publicamos neste boletim as resoluções. Esperamos que as posições programáticas e táticas materializadas na resolução geral sobre a crise mundial do capitalismo e nas resoluções particulares contribuam para a orientação e a organização revolucionárias do proletariado. Dirigimo-nos em especial à vanguarda que reconhece o internacionalismo proletário e a necessidade de superar a crise de direção. A via para reconquistar o terreno perdido para a contrarrevolução é a de estabelecer as grandes linhas que respondam às necessidades da luta de classes e a de traduzir o trabalho organizativo como meio de realização da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A Conferência foi preparada com antecedência pelas seções da Bolívia, Argentina e Brasil. A resolução geral logo foi testada por novos e contundentes acontecimentos da crise mundial. É o caso do recrudescimento da guerra imperialista contra a jihad, capitaneada pelo Estado Islâmico. Apesar de o marxismo ter assentado as críticas principistas ao terrorismo como ação individual e ao mesmo tempo ter defendido aqueles que o praticam contra os ataques da reação burguesa, o movimento armado do Estado Islâmico divide as correntes que se reivindicam do marxismo. A Conferência teve o mérito de estabelecer uma posição clara de acordo com os fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo. Esse foi um ponto alto das discussões.

Destacamos, ainda, as resoluções sobre Cuba, Venezuela, Grécia e Ucrânia. Isso porque expressam, no momento, a contundência da crise mundial. As resoluções sobre o México e a Palestina parecem distantes, mas uma leitura detida verificará sua importância. Na base das discussões e formulações do Cerqui, está presente o processo de restauração capitalista, que desmoronou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nas análises da situação geral da crise e suas manifestações particulares nos países, o Cerqui não descuidou de identificar as forças revolucionárias do proletariado e dos demais explorados e a crise de direção. Os conflitos de classes, os choques entre etnias, as guerras civis e o intervencionismo imperialista expõem a principal contradição de nossa época. O proletariado que avançava mundialmente contra o capitalismo putrefato impulsionado pela Revolução Russa foi bloqueado e desorganizado pela política contrarrevolucionária do estalinismo. A destruição da III Internacional provocou um violento retrocesso no movimento internacional do proletariado.

A IV Internacional assumiu a tarefa de derrotar o estalinismo e dar continuidade ao internacionalismo marxista. Colocou-se diante do objetivo de reconstituir o Partido

Mundial da revolução socialista, como foi a III Internacional dos seus quatro primeiros congressos. Ergueu-se na contracorrente do retrocesso histórico. Conseguiu manter as posições programáticas, ideológicas e políticas do marxismo-leninismo, sob a liderança de Leon Trotsky. No entanto, a direção que herdou a tarefa de solidificar e avançar a IV Internacional, construindo os partidos-programas como verdadeiras seções enraizadas no proletariado de seus países, se mostrou incapaz e enveredou pelo caminho mais fácil do revisionismo. O estilhaçamento da IV Internacional no pós guerra agravou a crise mundial de direção revolucionária.

O caráter embrionário do Comitê de Enlace está diante desse gigantesco retrocesso histórico, que permite ao capitalismo continuar sua marcha promovendo a barbárie social. Continuamos na contracorrente, mas em uma situação favorável ao trabalho mundial e nacional pela construção dos partidos revolucionários. As respostas aos grandes acontecimentos da luta de classes, como se pode observar nas resoluções aqui publicadas, são condições para desenvolver o método, os fundamentos e as reivindicações vitais do Programa de Transição da IV Internacional.

O leitor terá também a oportunidade de analisar as posições apresentadas pelo Brasil, Argentina e Bolívia. A América Latina atravessa um novo momento. A crise mundial a golpeia e agudiza a luta de classes. A crise política se manifesta como expressão da desintegração econômica e social do capitalismo. Temos o dever como marxistas de estabelecer uma linha político-organizativa que impulsiona a luta independente da classe operária por suas reivindicações e que coloque ao proletariado a estratégia de luta pelo poder.

Chamamos a vanguarda que se reivindica da revolução social a se colocar no quadro das resoluções aprovadas na Conferência do CERQUI. Convocamos a militância que atravessa a experiência com o revisionismo e que se mostra capaz de manejar o método marxista da crítica e autocrítica a abrir discussão com o CERQUI. Não temos dúvidas de que a reconstrução da IV Internacional ganhará força com a penetração da política revolucionária no seio do proletariado.

A vasta conquista do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, que, sob a direção de Guillermo Lora, trilhou o caminho do marxismo-leninismo-trotskismo, está na base do Comitê de Enlace. As seções mais jovens, como a do Brasil, Argentina e Chile que está se estruturando, vêm assimilando essa rica experiência que é parte da história da luta de classes mundial e do marxismo.

**Viva a reconstrução da IV Internacional – o Partido Mundial da Revolução Socialista!**

20 de abril de 2015



# Manifesto da Conferência Internacional do Comitê de Enlace

## Aos operários, camponeses, juventude e à vanguarda revolucionária

A Conferência do Comitê de Enlace dá mais um passo em seu objetivo de reconstruir a IV Internacional. A aprovação de resoluções, que respondem em geral à crise mundial do capitalismo e às suas manifestações particulares em regiões e países, fortalece suas seções. Temos a consciência de que é necessário construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas no seio do proletariado para superar a crise de direção revolucionária. Não há outra via de cumprir essa tarefa senão aplicando na luta de classes mundial o Programa dos Quatro Primeiros Congressos e o Programa de Transição, respectivamente os programas da III e da IV Internacionais. A Conferência do Comitê de Enlace chama os explorados e a sua vanguarda a impulsionarem e corporificarem esses nossos esforços, que são parte consciente das forças proletárias que lutam pela superação da crise de direção.

Os explorados estão em choque com os exploradores em todos os países. A intensidade e os ritmos das lutas variam de lugar a lugar, mas de conjunto tornam-se cada vez mais um obstáculo para a burguesia administrar a crise estrutural do capitalismo. A classe capitalista iniciou, sem exceção, uma grande ofensiva contra as conquistas elementares dos trabalhadores. Vem sacrificando brutalmente, em especial, a juventude. As massas se batem pela sobrevivência. Respondem com ações coletivas, que tendem a se generalizar na forma de confrontos com os governos e com o Estado. Embora não ocorra com igual dimensão e forma em todos os países e regiões, o fundamental está nas tendências objetivas de recrudescimento da luta de classes mundial e nacional. Nessa situação, os explorados procuram instintivamente organizar-se e livrar-se das travas das direções pró-capitalistas. É imprescindível que a vanguarda esteja na linha de frente de sua organização independente diante da política burguesa.

A crise mundial de superprodução se converte em destruição maciça de forças produtivas. Não há medidas econômicas que possam desviar ou estancar o seu curso. As potências vêm usando de seus poderosos meios para superar a marcha da desintegração do capitalismo. Não têm tido êxito. Alongaram o processo da crise, mas não o interromperam. Nestes seis anos - em 2008, os Estados Unidos sacudiram o mundo com a sua quebra econômico-financeira -, destruíram-se milhões de postos de trabalho, o desemprego se elevou e a miséria deu um salto à frente. A Unidade Europeia foi posta à prova. Serviu tão somente à proteção da Alemanha e em menor escala da França e Inglaterra. Países se viram na iminência de bancarrota; países literalmente se quebraram. As massas se puseram em movimento. Evidenciou-se o retrocesso político do proletariado. Os velhos aparatos social-democratas e o que restou do estalinismo impossibilitaram à

classe operária assumir a direção das lutas, expressar-se com suas bandeiras e organização independente.

A pequena-burguesia tem manifestado em seu interior tendências democratizantes, de um lado, e fascitizantes, de outro. Sem que o proletariado rompa com os aparatos social-democratas e estalinistas e coloque em pé o partido revolucionário, não há como separar a pequena-burguesia democrática da fascista e organizá-la no campo da revolução social. Não há como emancipá-la da influência burguesa. Esse fenômeno se verifica nos países em que o capitalismo desenvolveu uma ampla classe média. A vanguarda revolucionária, para auxiliar a classe operária a cumprir seu objetivo estratégico, deve se libertar das pressões democratizantes da pequena-burguesia e trabalhar com o programa da revolução proletária.

O crescente intervencionismo militar das potências indica o recrudescimento das tendências bélicas. O mais recente conflito militar na Ucrânia expressa a necessidade do imperialismo incorporar países em que o proletariado expropriou a burguesia e que se acha em processo de restauração capitalista. É sintomático o reforço pelos Estados Unidos de posições militares no Leste Europeu e no extremo

orientes. A coligação das potências sob a direção dos Estados Unidos é uma medida para intensificar a sujeição e o saque das nações oprimidas. Nenhum governo burguês é capaz de se opor à ofensiva do capital financeiro e dos monopólios. O proletariado é a única classe capaz de liberar a luta das nações oprimidas contra as opressoras.

No momento em que a Conferência se realiza, a Arábia Saudita bombardeia o Iêmen. A reunião da Liga Árabe decidiu se unir em uma força militar coligada para combater os levantes jihadistas. As monarquias e as ditaduras sentem o chão tremer aos seus pés. Colocam-se incondicionalmente a serviço da intervenção dos Estados Unidos e demais potências. O Oriente Médio e cercanias estão convulsionados. As massas oprimidas não suportam a miséria e a opulência da feudal-burguesia petrolífera e comercial. Chocam-se com as ditaduras oligárquicas. Resistem ao saque imperialista e à permanência dos Estados semicoloniais. A feudal-burguesia, com seus chefes tribais e clérigos, e o imperialismo colocam uma etnia contra outra, um povo contra outro. O imperialismo exerce a pressão nacional e regional. E a feudal-burguesia a reproduz internamente. As lutas nacionais e de classe praticamente se fundem em um só movimento. Ocorre na região a rebelião das nações oprimidas contra os opressores internacionais. Sem dúvida, confusa e deformada pelos antagonismos religiosos e étnico-raciais. À vanguarda consciente cabe separar o trigo do joio. Identificar a revolta das nações oprimidas e trabalhar pela constituição da frente única antiimperialista. A derrota do imperialismo e das forças pró-imperialistas é o ponto de



partida para as grandes transformações históricas no Oriente Médio.

A cruzada dos Estados Unidos e de sua coalizão político-militar contra o Estado Islâmico (EI) objetiva esmagar a rebelião das nações oprimidas. O imperialismo norte-americano há muito vem impondo sua doutrina de guerra ao terrorismo. No passado, armou um cerco contra Cuba sob a bandeira de combate ao comunismo e ao terrorismo. O governo nacionalista de Saddam Hussein sofreu a infame campanha norte-americana de ser terrorista. Na presente situação, o seu inimigo principal é o EI. Qualquer que seja a força que se ponha em armas contra o domínio imperialista entra na lista dos terroristas. As organizações radicais islâmicas via de regra se apóiam nos métodos terroristas de combate. A violência à margem das massas não serve ao processo revolucionário. Expressa tão somente um meio de combate das forças infinitamente inferiores às dos opressores. O Comitê de Enlace se apoia na tradição marxista de rejeição ao método do terror individual, mas em hipótese alguma se coloca ao lado do imperialismo e nem permanece em posição neutra. Identifica o nacionalismo como base para a jihad islâmica. E a religião como sua máscara ideológica obscurantista. Não obstante, somente a derrota do imperialismo e a derrocada da feudal-burguesia pela insurreição das massas tornarão as ações terroristas extemporâneas e a religião uma relíquia do passado. A Conferência, apoiada em princípios e posição programática, chama o proletariado e a vanguarda revolucionária a rechaçarem a doutrina imperialista da guerra ao terrorismo e colocarem-se ao lado das nações oprimidas contra os seus opressores.

Na América Latina, a crise mundial pôs fim a um período de ascensão de governos burgueses que empunharam as bandeiras de “desenvolvimento nacional com distribuição de renda”, de “Estado plurinacional” e de “reformas populares”. O mais arrojado foi o de Hugo Chávez, com o nacionalismo bolivariano. Eis por que a Venezuela se encontra no centro da crise política, rodeada pela Bolívia, Equador, Brasil e Argentina. Chegou o momento de proteger os interesses gerais da burguesia, atacando as condições de existência dos explorados. Esgotaram-se as possibilidades para as fraudulentas nacionalizações, para as tentativas de controle das riquezas naturais e para despendar migalhas aos miseráveis. Os governos denominados nacionais e progressistas estão de joelhos diante do capital financeiro que lhes cobra a fatura. Não podem proteger a economia das semicolônias diante das poderosas pressões dos monopólios. Mostram-se impotentes a cada ação do imperialismo. Estão sobressaltados pela ofensiva da oposição burguesa pró-imperialista, que explora os seus fracassos e atíça a classe média a combatê-los. São desmoralizados por escândalos de corrupção. Não têm capacidade e nem ânimo para convocar as massas a combater a descarada ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos dos países e a quebrar a espinha dorsal da direita oposicionista.

O proletariado latino-americano também padece do grande retrocesso mundial. Não teve como se reabilitar da colaboração de classe e das traições do estalinismo. Importante parcela da vanguarda militante se desviou para o foquismo. Foi duramente reprimida pelos governos militares que dominaram o continente por duas décadas. A reconstituição da democracia constitucional deu lugar às ilusões entre os explorados nas possibilidades do parlamento e dos governos mascarados de nacionais. A burocracia sindical e direções de movimentos (camponeses, populares) serviram de esteio a tais governos. Pôs-se em ação a política democratizante, como via de canalização do descontentamento dos explorados e de estatização de suas organizações. A crise econômica vem reduzindo a margem de manobra da política de colaboração de classes. A presença ativa da camada mais esclarecida da pequena-burguesia urbana diante dos governos que já não conseguem alimentar alguns de seus privilégios, porém, mantém acesas as ilusões democráticas e favorece o crescimento de correntes de esquerda centristas e reformistas. Ao mesmo tempo, a sua fração mais rica escora a direita burguesa pró-imperialista. Nos países cujo atraso capitalista não se formou uma vasta classe média, a polarização entre as classes é mais direta e contundente. É preciso ressaltar que não se trata de relações de classe mecânicas e nem que sua evolução seja igual. O fundamental é entender as divisões e os realinhamentos das classes gestados pela crise político-econômica. A Conferência se apóia na premissa de que vanguarda tem o dever de combater pela independência de classe do proletariado, por sua organização coletiva e pela elevação de sua consciência socialista. O proletariado em luta e organizado no partido revolucionário pode se tornar a direção da maioria oprimida. Essa condição é decisiva tanto para a revolução, quanto para a contrarrevolução.

A Conferência convoca os explorados e a juventude a se unirem em cada país e mundialmente em torno do programa da revolução e ditadura proletárias. Convoca a partirem das reivindicações mais elementares e a avançarem com seus métodos revolucionários contra o poder da burguesia e do imperialismo sob a estratégia da tomada do poder. Convoca o proletariado das potências a lutar contra a burguesia imperialista e a apoiar o levante das nações oprimidas. Convoca o proletariado e os camponeses dos países semicoloniais a se aliarem e a tomarem em suas mãos as tarefas democráticas de independência nacional, autodeterminação das nações oprimidas, liquidação dos latifúndios e nacionalização sem indenização dos monopólios e do capital financeiro. Convoca a lutarem por um governo operário e camponês, que possibilitará a expropriação geral da grande propriedade capitalista e a sua transformação em propriedade social. Sob a estratégia histórica dos Estados Unidos Socialistas, reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional.

Viva a Conferência do Comitê de Enlace!

A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Pontos sobre a Situação Política Mundial

1. A permanência das tendências recessivas mundiais assinala o caráter estrutural da crise de superprodução.
2. A existência de uma massa gigantesca de capital fictício (que não corresponde ao crescimento da produção social), que não encontra aplicação material e que continua se reproduzindo por meio da especulação, faz com que a crise aberta em 2008 não se encerre. Estamos diante da manifestação da lei da queda da taxa média de lucro, que é resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas. A necessidade de valorizar o capital neste cenário impõe à burguesia imperialista a urgência de atacar as conquistas sociais das massas, impor a queda no poder aquisitivo dos salários e intensificar a exploração da força de trabalho como meio para compensar a queda da taxa média de lucro.
3. A queda do crescimento na China, a retração no Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o pequeno crescimento dos EUA e a estagnação na Europa assinalam que a economia mundial não conseguiu superar as contradições colocadas pela crise. Essas estão dadas pela gigantesca concentração de capital financeiro, industrial e comercial sob a forma dos monopólios concentrados e centralizados pelas potências. Essa relação social (produção social e apropriação privada) constituiu-se em um obstáculo para o desenvolvimento harmônico das forças produtivas sociais (força de trabalho e meios de produção). As fronteiras nacionais aparecem estreitas para o volume dos valores criados e que já não conseguem ser aplicados maciçamente na produção social. Trata-se do choque das forças produtivas com as fronteiras nacionais e com a propriedade privada monopolista. Nos marcos de estagnação da economia mundial, essas relações e contradições obrigam aos Estados a expressá-las pela via da destruição de forças produtivas e da intensificação na exploração dos mercados e da força de trabalho. Isto é, pela via da barbárie social.
4. O quadro mais geral é de retração da indústria, do comércio e de aumento dos desequilíbrios internos dos Estados nacionais. A intervenção dos governos visando a proteger os monopólios da quebradeira resultou em fabulosa transferência de recursos das massas aos bolsos dos capitalistas, em nova concentração e centralização de capitais. O “saneamento” das comprometidas finanças dos monopólios financeiros, industriais, comerciais e dos serviços resultou em injeção de enormes valores que serviram de proteção ao capital financeiro. Potenciaram-se nesse quadro as medidas reacionárias e os ataques da burguesia às massas. Os governos são empurrados a atacar ainda mais a força de trabalho e a restringir as liberdades políticas das massas em geral e das minorias em particular. O conjunto das nações ficou mais pobre, mais carregado de dívidas e comprometido a intensificar as condições da exploração do trabalho assalariado por várias gerações. Potenciaram-se, assim, as convulsões internas.
5. A União Europeia (UE) fracassou. Sua conformação foi uma resposta à crise de superprodução que se manifestou depois da 2ª Guerra Mundial, assim que se esgotou a reconstrução das forças produtivas. A partilha do mundo resultante da guerra imperialista elevou os EUA à potência hegemônica.

- Seus monopólios ganharam imensamente com a nova partilha. O campo de ação dos monopólios europeus se estreitou. A UE compareceu como um alívio para as forças produtivas bloqueadas. Porém, o máximo que pôde fazer foi explorar mais intensamente os velhos mercados. O problema reside em que as forças produtivas europeias alcançaram um alto grau de internacionalização, mas as burguesias monopolistas que as concentram e as centralizam encontram-se divididas nos marcos dos Estados nacionais. Essas contradições, agravadas pela crise capitalista que eclodiu em 2008, potenciaram os choques das forças produtivas com as fronteiras nacionais. A unidade econômica pressupunha superar as desigualdades no desenvolvimento capitalista dos países da UE. Mas, ao contrário, as desigualdades entre as potências francesa e alemã se aprofundaram diante do restante dos países mais débeis (Itália, Espanha, Portugal, Grécia, etc.). A UE concluiu em quebra e maior subordinação dos países mais débeis. O que demonstrou a impossibilidade da unidade econômica do continente sob o capitalismo. A proteção do capital financeiro parasitário depende de aumentar o saque sobre os países vassalos e as semicolônias, bem como recrudescer a exploração do proletariado e arruinar a pequena-burguesia. A crise empurra o imperialismo europeu ao intervencionismo nos conflitos nacionais, nas disputas dos mercados e das fontes de matérias-primas.
6. A crise potenciou as contradições internas e externas do capitalismo norte-americano. As bases dessas contradições residem no gigantesco acúmulo de capital financeiro que não acha um campo para sua maciça aplicação. A restauração capitalista na Rússia e na China, assim como o novo ciclo de crescimento e de endividamento mundiais que resultou desse processo, abriu numa válvula de escape transitória. Com o posterior estreitamento dos mercados e levantamento de barreiras comerciais, esse mecanismo se esgotou. O aprofundamento das barreiras alfandegárias impostas pelos EUA às importações, as sanções econômicas contra Rússia e a China, os rumos do armamentismo e da modernização do arsenal nuclear, o crescimento do volume dos fundos destinados a financiar as operações militares norte-americanas ou de seus aliados, e o aprofundamento do intervencionismo, de conjunto, espelham os rumos traçados pela burguesia norte-americana para sair do impasse. Foi assim que as pressões da crise capitalista colocaram a potência no centro das intervenções imperialistas no Leste Europeu e no Oriente Médio, e no centro da guerra comercial na África e na Ásia. A burguesia norte-americana constitui o carro-chefe do intervencionismo imperialista e das lutas pelas fontes de matérias-primas. Revitaliza-se a tese da IV Internacional que assinalou os EUA como a principal força contrarrevolucionária mundial.
  7. Os países imperialistas entraram na 2ª Guerra Mundial para “dividir o mundo”, mas se depararam com o limite levantado pela URSS, a Revolução Chinesa e o desenvolvimento e vitória de outras revoluções no mundo. A nova divisão se deparou com a fortaleza das conquistas revolucionárias e da propriedade socialista em uma parte significativa do mundo. As fronteiras nacionais interpostas entre forças produtivas monopolizadas pelas potências e as forças produtivas

que expressaram a propriedade socialista estabeleceram os antagonismos entre dois sistemas mundiais, que tinham de ser resolvidos na arena da luta de classes internacional. Ou as fronteiras nacionais capitalistas cairiam, dando passagem às forças produtivas impulsionadas por novas relações de produção (baseadas na propriedade social dos meios de produção), ou as fronteiras nacionais dos países em transição para o socialismo cairiam, e, por sua vez, dariam passagem à penetração imperialista. O triunfo do estalinismo (fração da contrarrevolução mundial e agente do imperialismo contra as conquistas de Outubro) sobre o trotskismo (expressão da revolução proletária mundial) criou as condições para que as forças da restauração capitalista abrissem caminho na URSS e na China. É incontestável que o socialismo nacional (estalinismo) favoreceu o cerco do imperialismo à transição socialista e sufocou suas economias baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção. O que acentuou o atraso das forças produtivas socialistas diante da reconstrução das forças produtivas capitalistas, com o desenvolvimento da técnica produtiva no pós-guerra. A propriedade social, no entanto, manteve-se como um obstáculo ao completo domínio imperialista da economia mundial. A sua derrocada passou a ser fundamental para o capitalismo em decomposição. Os monopólios necessitavam retroceder as conquistas do proletariado e colonizar os países onde a burguesia tinha sido expropriada.

8. A dissolução da URSS e o processo de restauração capitalista na China abriram caminho para a penetração do capital financeiro e monopolista no seio de suas economias. Diante de uma nova fase da crise estrutural do capitalismo, essa penetração se choca com a centralização política do Estado exercida pela oligarquia burguesa russa. Esta condiciona a expansão dos monopólios no mercado interno e limita sua penetração nos ramos chaves da produção e transporte de matérias-primas e recursos naturais. Na China, a centralização da burocracia estalinista mantém o controle sobre as alavancas econômicas do Estado (setores industriais, bancos, comércio exterior, etc.), regulando as ações dos monopólios e do mercado mundial sobre o mercado interno. Por mais que a burocracia do PCCH tenha flexibilizado a centralização e facilitado a penetração do capital monopolista, as pressões do imperialismo têm aumentado em função da crise mundial. O que os Estados Unidos e seus aliados esperam é que a burocracia chinesa reduza drasticamente o controle estatal da economia e que cumpra a sua função restauracionista de retornar plenamente à economia de mercado. O capitalismo de Estado chinês se mostra limitado diante dos interesses do grande capital. O PCCH se transformou em um instrumento de restauração da burguesia. No entanto, as profundas contradições de sua economia e o potencial da luta de classes dificultam a implantação da democracia burguesa, mesmo que limitada. A necessidade da burocracia de expandir a economia chinesa mundialmente e as restrições que cerceiam a liberdade do capital monopolista internamente constituem uma fonte de choque com as potências imperialistas. Em certa medida, ocorre o mesmo com a Rússia. A restauração capitalista não apenas as colocam na órbita do imperialismo como o permite atuar por cima de suas fronteiras nacionais para regredí-las à condição de semicolô-

nias. Não há lugar para uma Rússia e uma China independentes e imperialistas.

9. A China, principal motor da retomada econômica do período anterior, constitui hoje um dos fundamentos do agravamento das tendências da crise capitalista mundial. O seu extraordinário desenvolvimento econômico foi atingido com base na penetração imperialista e conduzido pelo capital monopolista. O país atrasado viveu um portentoso crescimento de suas forças produtivas internas e impulsionou suas exportações e importações, aprofundando sua interdependência com o comércio mundial. Esse desenvolvimento empurrou-a agressivamente ao exterior à procura do controle das fontes de matérias-primas e dos mercados, colocando-a em choque com os interesses vitais das potências e particularmente dos Estados Unidos. É fato que enquanto a China cresceu em sua participação no mercado mundial e avolumou sua indústria, os EUA retrocederam. Embora o imperialismo determine o rumo mais geral do desenvolvimento das forças produtivas internas na China, empurrado pelo agravamento de suas contradições internas, tem necessidade de aprofundar a via do intervencionismo na sua economia. O crescente cerco bélico montado pelos Estados Unidos na Ásia, através do Japão, da Coreia do Sul e da Austrália, assim como a crescente ofensiva comercial dos monopólios na Ásia e na África contra interesses econômicos vitais da China, indica que o agravamento do choque de interesses entre o imperialismo e a China.

## **Recrudescem as tendências bélicas, o intervencionismo imperialista e a opressão nacional.**

10. Aprofunda-se o intervencionismo bélico das potências nos conflitos das semicolônias, internacionalizando-os. Inúmeros confrontos nacionais e regionais se deflagraram no último período. Rapidamente, desembocaram em guerras civis mais ou menos amplas. Essas tendências foram impostas pela mecânica das contradições capitalistas mundiais, refletindo o aumento da opressão nacional, no saque imperialista das riquezas naturais, a penetração dos monopólios nos ramos chave da economia e no aprofundamento dos ataques às massas. Os confrontos compõem-se como choques das frações burguesas nacionais em disputa pelas riquezas naturais. Mas, manifestando-se ora sob a máscara religiosa, ora sob a máscara étnica, esses confrontos desenvolvem-se sobre a base das forças produtivas mundiais concentradas e monopolizadas pelas potências. Acabam por se projetar no campo internacional. Isso explica, em parte, porque os conflitos surgem internacionalizados ou se internacionalizam sob a pressão das contradições capitalistas e do intervencionismo imperialista. É o que acontece na Ucrânia, no Iraque, na Síria e na Líbia. O imperialismo atua no seio desses confrontos nacionais. Determina os rumos de seu desenvolvimento, apoiando uma facção burguesa contra a outra, armando uma etnia contra a outra, contrapondo uma religião a outra. O imperialismo pretende descaracterizar essa condição impulsionando os confrontos étnicos, raciais e religiosos.
11. A nova etapa da crise é a de o aprofundamento das contradições entre as nações oprimidas e a opressão imperialista. O processo de desintegração das fronteiras nacionais no Oriente Médio, na África e no Leste Europeu corresponde



aos métodos imperialistas de opressão nacional. A anexação da Crimeia pela Rússia e a submissão da Ucrânia ao imperialismo; a colonização sionista da Palestina pela via militar; a virtual dissolução do Iraque de acordo com os interesses monopolistas sobre seus recursos naturais; a coexistência de múltiplos Estados étnicos na Líbia em confronto permanente pela posse das jazidas petrolíferas e pelo controle sob as exportações; a divisão operada pelo imperialismo norte-americano sobre o Sudão, em 2011, visando a enfraquecer os interesses chineses sobre as jazidas de petróleo e gás; a tendência à desintegração dos Estados nacionais árabes e africanos em inúmeras frações étnicas ou tribais, dentre outros conflitos, demonstram que o intervencionismo bélico nos confrontos nacionais expressa a tendência da burguesia imperialista a aprofundar a opressão sobre as semicolônias e os países que abandonaram o caminho da transição socialista. Esta é a tendência mais geral da etapa e o fator político central nas conflituosas relações mundiais.

12. A Ucrânia é a expressão da restauração capitalista da ex-URSS. O imperialismo pretende anexá-la como base territorial para concluir a restauração capitalista na Rússia e levá-la à condição de semicolônia. O golpe de Estado contra Yanukovich, na Ucrânia, a posse do governo no país pelos agentes políticos do imperialismo, a ofensiva militar contra o leste, o aumento da presença militar imperialista nos Balcãs e a campanha armamentista da OTAN dirigida contra a Rússia são partes integrantes dessa estratégia. Em resposta, a oligarquia burguesa grã-russa anexou a Crimeia para defender seus interesses econômicos e comerciais. Os métodos imperialistas fracionaram o país de acordo com os interesses das oligarquias burguesas ucranianas que expressaram os interesses da oligarquia burguesa russa, de um lado, e do imperialismo, do outro.

13. O crescimento de bases militares norte-americanas na Ásia (no Japão e na Coreia do Sul), o deslocamento de bombardeiros estratégicos dos EUA para o Japão (além da construção de mais uma base área norte-americana na ilha e a instalação de mísseis estratégicos na Coreia do Sul) demonstram que o imperialismo pretende forçar a burocracia chinesa a retroceder na sua projeção e a se afogar em suas fronteiras nacionais. É parte de esse processo as pressões imperialistas para abrir ainda mais seu mercado interno aos monopólios, tirar do controle da burocracia chinesa os mecanismos financeiros e comerciais que limitam os movimentos especulativos do capital financeiro e, finalmente, criar as condições para o surgimento de uma burguesia nacional ancorada nos monopólios. O que faz da burocracia centralista e autoritária um obstáculo a esse objetivo estratégico do imperialismo. Nessa contradição, residem os fundamentos da tendência de confrontação mais ampla entre a China e o imperialismo norte-americano.

14. No Oriente Médio refletem-se as tendências à dissolução dos Estados nacionais surgidas da divisão das fronteiras de acordo com os interesses imperialistas, imposta pela 1ª e 2ª Guerras Mundiais. O domínio imperialista sobre os recursos naturais e as forças produtivas internas e a submissão da feudal-burguesia árabe criaram as condições para o

surgimento de movimentos nacionais voltados ao controle das riquezas naturais. Frações da feudal burguesia que se colocam em choque com o imperialismo. Os casos da Síria e do Iraque, onde as diversas frações das burguesias nacionais (judia, turca, iraniana, a feudal-burguesia árabe, etc.) apoiam e financiam movimentos e frações islâmicas que lutam entre si pelo controle das fontes de matérias-primas, revelam, sob a máscara do confronto étnico e religioso e da desintegração ou sustentação da integridade territorial dos Estados nacionais, o choque dos diferentes interesses das burguesias nacionais. No entanto, a ampla frente militar que hoje combate o EI reuniu num mesmo campo os Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia, Egito, Irã, Arábia Saudita, Síria, Turquia e Israel, dentre outros. O recuo do Irã no programa nuclear arrefeceu momentaneamente o quadro bélico traçado por uma intervenção de Israel contra esse país. A Arábia Saudita, sunita, foi o maior financiador e provedor de material bélico do EI (sunita) no seu combate ao governo Assad. Colocou-se em choque com a Síria e o Irã. Agora, combatem no mesmo campo do EI. Essas relações estão condicionadas pelo intervencionismo imperialista, que atua por cima das divisões e das fronteiras nacionais, incentiva os antagonismos e empurra uma fração burguesa contra outra. O imperialismo impõe, assim, seus objetivos estratégicos às burguesias nacionais.

15. A África é um campo de luta das potências pelas fontes de matérias-primas. O continente constitui um gigantesco reservatório de força de trabalho barata e superexplorada. Também devido às enormes reservas de petróleo, gás e minerais. Em seu solo, encontram-se 9% das reservas mundiais de petróleo, 90% das jazidas de platina e cobalto, 40% do ouro, 98% do cromo, 64% de manganês e um terço das reservas de urânio. Essas condições colocam

os Estados nacionais africanos sob a intensa pressão das potências. A luta comercial pela África acirrou os choques econômicos interimperialistas e, fundamentalmente, a guerra comercial entre a China e os EUA. Os Estados Unidos têm aprofundado a sua penetração no continente por meios militares, políticos e econômicos em contraposição à presença chinesa. A China é a principal sócia comercial da África. Suas empresas estatais de petróleo, gás e construções têm servido para a concentração de capitais e recursos naturais nas mãos chinesas. E seu comércio com os países africanos (200 bilhões de dólares) é o dobro do comércio estabelecido entre os EUA e a África. Essas relações econômicas mostram a profundidade dos antagonismos entre a China e os EUA. Antagonismos esses que acabaram se manifestando, por exemplo, na dissolução do Sudão e na intervenção na Líbia. Os Estados Unidos promoveram, treinaram e financiaram no Sudão um movimento separatista visando a dividir ao país. O que se concretizou em 2011. O Sudão do Sul concentrou nos seus territórios as maiores reservas petrolíferas e nasceu praticamente como um protetorado norte-americano, ainda que se apresente sob a máscara da vigilância e guarda internacional da ONU. Constituiu mais um episódio da guerra comercial. Na Líbia, a intervenção imperialista comandada pelos EUA, França e Inglaterra, fechou o caminho das concessões petrolíferas à China. A França, por sua vez, luta por manter a he-



gemonia sobre suas ex-colônias africanas, com base em seu poderio militar. Seus interesses no continente são amplos, e levam-na a se chocar com a China, como aconteceu na Líbia, bem como com o imperialismo norte-americano, no Sudão. É certo que o golpe de mão dos EUA nesse país também afetou os interesses dos monopólios franceses. A França era até então o principal sócio militar do governo sudanês e tinha interesses na exploração de petróleo através da Total. A divisão do país os abalou. No entanto, esses ocasionais atritos interimperialistas pelas riquezas naturais subordinam-se à rota de colisão de mais ampla projeção histórica entre a China e o imperialismo. De fato, a África é uma das vias de confronto que leva o campo da disputa até a Ásia. Nesse convulso cenário, os países semicoloniais africanos são um campo das manobras das potências para unificar ou dividir nações e regiões visando a preservar os interesses dos monopólios no saque da África.

## Agravam-se os ataques às massas e o chauvinismo nos países imperialistas

16. As liberdades democráticas e políticas são progressivamente desmanteladas na medida em que se aprofunda a crise econômica e as massas recorrem à ação direta contra os ataques dos governos. É nos países capitalistas avançados onde mais se reduzem as liberdades políticas das massas em geral; e das minorias étnicas, religiosas e raciais em particular. É notório o crescimento das tendências ao chauvinismo, ainda que minoritárias, nas potências europeias. Certamente, o agravamento das leis repressivas, dos ataques às liberdades políticas, do controle político dos movimentos, da militarização dos conflitos e da criminalização das lutas não se desenvolve com os mesmos ritmos, nem na mesma escala em todos os países. Porém, o seu conteúdo reacionário reside em que o capitalismo monopolista já não mais comporta a possibilidade de outorgar reformas às massas. Pelo contrário, vê-se obrigado a aprofundar violentamente os ataques contra as antigas conquistas da classe operária que foram produtos da luta de classes que percorreu várias gerações.
17. As medidas econômicas e políticas de restrição da imigração no mundo, de expulsão e repressão dos imigrantes, indicam a gravidade das contradições acumuladas na esfera econômica pela crise de superprodução. Nos períodos de crescimento econômico, a imigração foi um mecanismo dos monopólios para incrementar um excedente de mão-de-obra e depreciar o preço da força de trabalho. Hoje, impossibilitados de incorporar esses contingentes de imigrantes à produção social, fazem da política imigratória uma medida econômica que tem por objetivo cortar os “gastos desnecessários” (seguros médicos, subsídios sociais, etc.). Porém, a política imigratória restritiva dos governos torna-se um fator das disputas interimperialistas ao pretender descarregar sobre outros países os custos e as consequências do gigantesco contingente de imigrantes que não encontram emprego, nem país onde morar. Também aprofundou a desagregação social. O caso exemplar desse processo é o da UE. Esgotado o movimento imigratório das semicolônias às potências, os movimentos que se ergueram contra os ataques dos monopólios e de seus governos atraíram novas camadas da juventude oprimida. O fundamental é
- que na base dessa movimentação encontram-se os embates da juventude contra as condições de opressão social e nacional. O imperialismo procura descaracterizar seu conteúdo político para justificar seus ataques aos imigrantes de conjunto.
18. A bancarrota da unidade capitalista do continente europeu, tem lhe seguido, com ritmos e formas particulares, a desagregação da “política de fronteiras abertas”. Esse fato constata-se fundamentalmente no fechamento dos países europeus à imigração, com a França e a Inglaterra à cabeça desse processo. As tragédias dos emigrantes que se afogam na travessia do Mediterrâneo para a Itália, as centenas de imigrantes norte-africanos que tentam passar pelas fronteiras da Espanha vindos do Marrocos, sendo objeto de violentas represálias físicas e vexações raciais, dentre outros casos, testemunham até que ponto chegou a barbárie da civilização capitalista. A Alemanha recém começou a percorrer esse caminho, uma vez que os dados econômicos assinalam uma virtual estagnação da economia. Observa-se que a crise abalou as economias nacionais e provocou a retomada do desemprego e o exército dos operários parados. O fluxo imigratório à Europa desde o Leste Europeu, do Oriente Médio e da África ampliou o número de desempregados crônicos e abalou os reduzidos orçamentos estatais. O fechamento das fronteiras à imigração demonstra que a força de trabalho migrante já não pode ser incorporada, sequer em número pequeno, à produção social ou aos serviços. O fundamental da situação reside em que o endurecimento das leis imigratórias é uma medida para preservar a estabilidade política interna pela via dos ataques às minorias e da divisão das massas nacionais.
19. Um dos principais alvos dos governos europeus têm sido as minorias étnicas em geral, e as muçulmanas em particular. Na Inglaterra, Cameron, antes da decapitação de um jornalista inglês pelo EI, propôs uma série de medidas para estender o controle político sobre possíveis suspeitos (reter-lhes passaportes, impedir-lhes o regresso aos que foram ao exterior e até localizá-los em outros locais diferentes do país e não nos seus endereços originais, etc.). Além disso, a nova lei permitirá ao governo fazer a “readaptação” dos suspeitos, combater as visões “fanáticas” do Islã e aprofundar o controle sobre as comunidades de origem, para evitar a futura “radicalização” de novos jovens. Na França, começava se esboçar uma política de restrições sociais e de controle sobre os imigrantes quando o atentado terrorista contra Charlie Hebdo intensificou o curso de seu desenvolvimento. Ergueu-se toda uma estrutura de leis de exceção que visam a ampliar e aprofundar os instrumentos policiais para a vigilância e o controle político e social. As campanhas chauvinistas contra as minorias muçulmanas e contra o terrorismo jihadista servem para o fortalecimento do Estado policial e a militarização da vida social. Na Itália, o Bispo de Imola, Tomaso Ghirelli, chamou os muçulmanos do país a condenarem o EI. Se assim não o fizerem, “*deveriam ter a coragem de afastar-se de nossas terras porque ninguém quer ter inimigos na sua casa*”, afirmou. Na Espanha, o governo do Partido Popular (PP) pretende proibir o niyab e o burka e assim obrigar as pessoas “suspeitas” a se identificarem, sob a justificativa de que “*ninguém pode, no espaço público, levar uma vestimenta que oculte o rosto*”. O fato é que o chauvinismo anti-islâmico cons-



tituiu um instrumento da burguesia para criar as condições sociais e políticas para atacar mais duramente não apenas as minorias, mas também os explorados em geral. Reflete as tendências à centralização dos instrumentos repressivos do Estado burguês contra as massas. E trata-se de um instrumento ideológico de subordinação das massas à política exterior de intervencionismo militar.

20. O chauvinismo e as tendências fascistas nos países europeus vêm se ampliando. Porém, estas ainda se mantêm no campo da democracia burguesa e são minoritárias. O principal fato desse processo reside em que a democracia burguesa continua constituindo um freio à luta de classes e que a classe operária não percorreu o caminho da sua independência política. Portanto, é necessário assinalar que o seu crescimento relativo e projeção continental demonstram que a direita reacionária é uma das expressões do parasitismo monopolista e de sua desagregação. A prova disso está no fato dos governos recorrerem a medidas fascizantes perante as minorias nacionais, religiosas ou étnicas. O mais significativo desse processo se pode ver nas potências imperialistas inglesa e francesa com o aprofundamento da repressão e perseguição política aos imigrantes e aos muçulmanos. E no crescimento da Frente Nacional (França) e do Ukip (Inglaterra), partidos nacionalistas e xenófobos que pretendem fechar as fronteiras nacionais aos imigrantes. O mesmo processo têm se manifestado na Grécia, na Ucrânia, na Polônia, na Estônia, etc., onde os movimentos nazifascistas e direitistas têm se avolumando em face do desespero da pequena burguesia arruinada e dos conflitos nacionais e étnicos. Esses movimentos direitistas, dentre outras manifestações, expressam a profunda decomposição da democracia burguesa europeia.
21. A crise avolumou as contradições sociais nos EUA e a política repressiva do governo imperialista contra as massas. Na base dessas contradições e medidas políticas, encontram-se as graves consequências da crise que eclodiu no seio da economia. O desemprego continua alto e cresce a precarização trabalhista. Os salários reais despencaram: hoje são 23% menores que há quatro décadas em valores constantes, de 7,25 dólares por hora, mas, se estes acompanhassem a inflação acumulada, teriam de ser 25 dólares por hora. Greves têm estourado em diversos setores, principalmente nos setores de serviços, apesar de não alcançarem uma projeção nacional, nem provocarem uma alta grevista generalizada. A classe média se encontra profundamente endividada e a inadimplência alcançou níveis insuportáveis. A crise tem agudizado velhos conflitos que pareciam equacionados. Os choques raciais voltaram à cena. Soma-se a isso à crise das crianças imigrantes da América Central que chegam aos EUA fugindo da miséria e da violência, e que são expatriadas em face da negativa do governo norte-americano de recebê-las. A política imigratória do governo norte-americano tem se estreitado e militarizado as fronteiras. Como se vê, o despertar da luta de classes surge num quadro convulsivo de crise econômica, política e social. A burguesia se prepara para enfrentar essa nova situação. O fundamental, no entanto, está em que o movimento da classe operária ainda não está com a iniciativa. A recente greve na indústria do petróleo assinala um indício das tendências instintivas de luta do proletariado. A rebelião

negra de Ferguson foi pedra de toque nesse processo, uma vez que levou à escalada de métodos repressivos para sufocar as tendências de luta presentes nas massas. Ali foram aplicados os programas 1303 (militarização das polícias estaduais) e ATP 3-39,33 (*"Plano de ação contra distúrbios civis"*), elaborado pelo Exército. A resposta militar ao choque racial mostra que a burguesia ajusta os métodos repressivos a uma nova etapa de luta de classes, que levou à radicalização dos métodos coletivos de massa para enfrentar a repressão orquestrada pelo Estado e à projeção nacional dos protestos. Esses fatos indicam a dificuldade dos Estados Unidos de dissimular a dimensão da crise e da luta de classes.

## **A crise mundial potencia a crise econômica e a opressão nacional na América Latina**

22. O agravamento das tendências recessivas mundiais trouxe à superfície as condições do atraso semicolonial da América Latina. O equilíbrio entre importações e exportações erigiu-se sobre a base da compensação entre os índices negativos da indústria e os índices positivos do agronegócio e das matérias-primas. Brasil e Argentina, dentre outras nações de capitalismo atrasado e economia combinada, conseguiram assim se elevar por cima dos indicadores econômicos dos demais países latino-americanos. No entanto, sob os movimentos do capital financeiro e monopolista, aumentou nas suas economias e nos PIB o peso dos produtos de baixo valor agregado (grãos, minerais, etc.), enquanto decresceu a participação das manufaturas de alto valor agregado. Esses indicadores mostram que, embora a participação no mercado mundial dessas semicolônias tenha crescido em termos absolutos, decresceu em termos relativos ao reduzir o número de mercadorias e de valores criados em relação ao PIB mundial. Com a crise, essas contradições se manifestam sob o aspecto de um brutal retrocesso das exportações industriais e na hipertrofia das exportações de matérias-primas. Com suas particularidades, o México percorre o mesmo trajeto. Observa-se desse fato que a relação de interdependência, na forma mundial da divisão social do trabalho, das economias semicoloniais com o imperialismo (importação de capitais e tecnologia, exportação de matérias-primas e produtos agrícolas) determina as tendências desagregadoras nas semicolônias. O fundamental desse processo está em assinalar que não só se conservou o raquitismo industrial semicolonial perante o desenvolvimento das potências, como agora se aprofunda pelas forças desintegradoras das pressões imperialistas, visando a ampliar o saque das riquezas naturais e a aprofundar a desnacionalização das economias. Esse processo e as condições criadas por ele aumentam o atraso e o desenvolvimento desigual das semicolônias.
23. Com a queda dos indicadores das economias nacionais, voltaram à superfície os antigos desequilíbrios. As habituais alavancas econômicas dos governos (superávits comerciais, reservas cambiais, colocação de dívida pública, subsídios, etc.) serviram para conter as tendências recessivas dentro das fronteiras nacionais, porém conjunturalmente. Esses mecanismos demonstraram-se ineficazes na medida em que a crise começou se expressar na queda nos indicadores da indústria, no fechamento dos mercados externos e na que-

da dos preços mundiais das matérias-primas. Logo vieram à tona os déficits fiscais, os déficits em conta corrente, a oscilação cambial, a alta inflacionária, etc. As massas sofrem com o aumento do custo de vida, com as demissões e suspensões. O mecanismo de descarregar sobre as massas as consequências da crise resultará, por isso, em maior destruição de forças produtivas (precarização e terceirização, reajustes salariais por baixo dos índices inflacionários, desemprego, etc.) e no aprofundamento das convulsões políticas e sociais.

24. México, Brasil e Argentina - com suas devidas diferenças - expressam a tendência mais geral de ampliação da subordinação das semicolônias aos interesses do imperialismo. Com a queda dos indicadores econômicos, o capital financeiro intensifica as pressões para uma maior desnacionalização de suas economias. As semicolônias procuram escoar parte da produção para a Ásia e a África, em função das barreiras alfandegárias e dos subsídios das potências aos seus capitalistas. Selam acordos comerciais e de investimentos que afetam, ainda que parcialmente, os interesses imperialistas, a exemplo das concessões de exploração petrolífera à China. O que provoca divergências, mais ou menos profundas, com os monopólios. Isso não significa que se esteja diante de um processo de ruptura com imperialismo. Tratam-se, de fato, de manobras mais ou menos amplas para contornar a brutal manifestação da crise dentro das fronteiras nacionais. Mas o processo determinante é o do sentido inverso. No México, há pouco, o governo desmontou o monopólio estatal do petróleo e aprovou um plano privatizante da educação, saúde e serviços públicos. O Brasil iniciou um curso de privatização das reservas petrolíferas, da infraestrutura e dos serviços, impulsionando a concentração e centralização do capital nos setores de serviços (educação, etc.) e agroindustrial (etanol, etc.), que passaram às mãos estrangeiras. A Argentina colocou em poder dos monopólios as reservas de gás de xisto. O caso exemplar é o da Venezuela. O governo chavista pretende se aproximar do imperialismo ao criar um fundo de garantia (cinco bilhões de dólares) para pagar juros e abrir à privatização a rede de refinarias CITCO, de PDVSA, nos EUA, avaliada em 10 bilhões de dólares. Como se vê, as manobras das burguesias semicoloniais e dos governos nacionalistas burgueses visam a amortecer as contradições internas e externas, evitando que a crise econômica se projete em crise de governabilidade. Demonstram, fundamentalmente, que as burguesias latino-americanas e seus governos são incapazes de exercer a soberania sobre as forças produtivas internas e as riquezas naturais.

25. Com a crise, o MERCOSUL comparece como uma das fontes dos desequilíbrios regionais. Estruturado em 1991, visou a eliminar as barreiras alfandegárias, estabelecer um sistema de tarifas comuns e coordenar políticas macroeconômicas. No entanto, nenhum desses objetivos foi plenamente cumprido, embora crescesse o comércio de produtos manufaturados. O MERCOSUL não teve como, de fato, estabelecer a proteção das semicolônias perante o mercado mundial. A sua interdependência econômica interna deu-se sob o controle dos monopólios, que controlam os ramos chaves das economias e determinam os rumos mais gerais da produção e das exportações dos países atrasados. Trata-se da mani-

festação concreta da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento desigual do capitalismo. Sob as pressões e tendências desagregadoras da crise e do estreitamento do mercado mundial, as condições de interdependência transformaram-se em um campo de disputas comerciais e choques diplomáticos entre o Brasil e Argentina. A fraqueza da economia argentina obriga a sua burguesia a se proteger das investidas comerciais do Brasil. Principalmente, nos setores de manufaturados que acabam pesando sensivelmente na balança comercial: alimentos, têxteis, combustíveis, calçados, linha branca, carros e autopeças, etc. (de fato, o déficit acumulado da Argentina perante o Brasil é de 6,745 bilhões de dólares). Por sua vez, essas medidas tiveram um reflexo negativo nas exportações brasileiras: a indústria têxtil caiu de 25,4% em 2012, para 22,9% em 2013; as importações de calçados caíram dos 58% para 46% (de 32 milhões de pares a 19 milhões); as exportações de linha branca passaram de 896 milhões a 470 milhões. De conjunto, as vendas da indústria brasileira à Argentina caíram mais de 40%. O conflito entre o Brasil e a Argentina depõe contra a aspiração burguesa da unidade latino-americana e demonstra que é impossível qualquer país semicolonial liderar um bloco econômico a despeito do imperialismo.

26. A crise mundial golpeia os regimes nacionalistas burgueses. O crescimento das exportações e dos preços das matérias-primas e dos produtos agroindustriais permitiu equacionar parcial e circunstancialmente as contradições do retrocesso industrial e do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas internas nas semicolônias. Parte pequena dos lucros dos monopólios e da renda, resultante das exportações, serviu para alavancar o assistencialismo, ampliar o consumo interno e favorecer reajustes do salário mínimo. Programas que serviram para conter a luta de classe e estatizar o movimento operário latino-americano. A retração do comércio mundial, o deslocamento de capitais das semicolônias para as potências, a desaceleração da China, dentre outros fatores, e seus reflexos na alta inflacionária, na queda dos salários reais e nominais, na alta dos preços dos produtos de primeira necessidade e nos ataques contra os explorados, junto ao desemprego e às demissões, impedem os governos de ludibriar tão facilmente os explorados, que instintivamente passaram a se defender da crise por meio da ação direta. A crise têm obrigado os governos nacionalistas a caminharem para a direita e a ampliarem os métodos repressivos para conter a luta de classes. O que expressa uma mudança nas suas relações com as massas. Encontra-se aí a chave da crise política e de uma nova onda de luta de classes, que gesta situações pré-revolucionárias, mais ou menos definidas.

27. O próximo período será marcado pela agudização da luta de classes. As massas ao recorrerem à via da defesa de suas condições de vida e obrigadas a enfrentar os ataques dos governos com a ação direta, se colocarão objetivamente em choque com os monopólios, as burguesias semicoloniais e seus agentes políticos. Um crescimento da luta de classes na América Latina certamente refletirá, com suas particularidades nacionais, no aumento da luta classes mundial. Os choques na Bolívia pela "guerra da gás", que derrubou o governo de Sánchez de Lozada do poder; o levante popular

das massas na Argentina em 2001 e a ocupação de fábricas; o levante popular na Venezuela nos anos 90 contra a carestia de vida e a crise dos partidos da burguesia; as mobilizações operárias e estudantis no Chile; e a mais nova experiência do movimento de junho no Brasil em 2013, entre tantas outras experiências, demonstram que as massas não terão de começar do zero. Os destacamentos operários do continente terão um papel destacado no desenvolvimento do movimento operário mundial.

## O trabalho revolucionário para superar a crise de direção

28. As greves na Europa, revoltas populares nos EUA, embora limitadas, mobilizações nacionais contra os planos de ajuste, a derrubada de governos, levantes populares, conflitos armados, guerras civis, intervenções militares imperialistas no Oriente Médio e África e a retomada das lutas operárias e camponesas na América Latina são sintomas do impasse e da desintegração do capitalismo e da conseqüente reação das massas contra a política de destruição de suas conquistas e de novas imposições. A principal tarefa histórica colocada é a de resolver a crise de direção revolucionária mundial, constituindo os partidos marxistas-leninistas-trotskistas como seções da IV Internacional. Essa tarefa desenvolve-se sobre a base de uma nova etapa da luta de classes.
29. O capitalismo monopolista é a fase de transição ao socialismo. É o que confirmam as revoluções proletárias do século XX. A restauração capitalista, porém, deteve a marcha das transformações revolucionárias e quebrou a força internacional do proletariado. A destruição do Partido Bolchevique, da III Internacional e a derrota da Oposição de Esquerda impuseram um profundo retrocesso ao proletariado. A impossibilidade conjuntural da IV Internacional ter se constituído como um poderoso Partido Mundial da Revolução Socialista contribuiu decisivamente para a desorganização e o enfraquecimento do proletariado, que ficou à mercê das direções pró-capitalistas. Os acontecimentos mostram que quanto mais o proletariado recua, mais se prolonga a agonia do capitalismo. A direção da IV Internacional que herdou a tarefa de aplicar o Programa de Transição e impulsionar a formação dos partidos revolucionários se mostrou incapaz diante do fortalecimento conjuntural do estalinismo no pós-guerra. A capitulação levou à desintegração da IV Internacional, que se estilhaçou em inúmeros agrupamentos centristas, oportunistas e sectários. Na Bolívia, o trotskismo fincou raízes no proletariado e se ergueu como um fator determinante de reconstrução da IV Internacional. Trata-se de assimilar suas experiências programáticas e defender suas conquistas. O aprofundamento da crise e suas manifestações obrigaram os explorados a retomar as tradições revolucionárias.
30. As condições objetivas da revolução socialista estão colocadas. Porém, existe um atraso entre essas condições objetivas e as condições subjetivas para a revolução proletária. Os inúmeros levantes populares, rebeliões nacionais, greves

operárias, manifestações de rua e confrontos das massas contra os governos têm sido limitados ou abortados pelas direções sindicais burocratizadas, ou desviados para o parlamentarismo pelos partidos socialdemocratas, reformistas e nacionalistas burgueses. No marco geral de decomposição capitalista e de refluxo proletário, uma parcela da pequena burguesia fortalece as tendências direitistas (xenofóbica e chauvinista, nacional-imperialista). A crise tem abalado profundamente as bases econômicas sobre as quais a pequena burguesia se firmava por cima da pobreza generalizada da maioria proletária. E seu desespero perante as condições de crise tem se ampliado em relação direta com a ausência da classe operária organizada como classe independente. A luta política pela ruptura das massas com as direções comprometidas com a preservação do capitalismo constitui uma das tarefas mais importantes da vanguarda revolucionária. O que exige que se constitua uma fração revolucionária no seio das organizações da classe operária e dos demais oprimidos. O fundamental é que a vanguarda do proletariado terá de se constituir em partido marxista-leninista-trotskista e se inserir no seio das massas, penetrando-as com o programa e a estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

31. A aplicação do Programa de Transição às particularidades nacionais é a condição para forjar a vanguarda revolucionária e constituir os partidos marxista-leninista-trotskistas como seções da IV Internacional. O fracasso da conciliação de classes, do reformismo, o esgotamento do nacionalismo burguês e pequeno-burguês, assim como o do revisionismo centrista facilitam a penetração no seio das massas com o programa da revolução proletária. A reconstrução da IV Internacional é concomitante ao trabalho de organizar as seções nacionais. Nesse processo, o Comitê de Enlace tem de cumprir um papel de centralização e formulação da política internacional. O seu fortalecimento chamará a atenção da vanguarda na América Latina e em outras latitudes. Permitirá que supere as suas experiências com o nacionalismo, o reformismo e o centrismo revisionista.

Apesar de suas limitações organizativas, o Comitê de Enlace está obrigado a dar respostas aos grandes acontecimentos da luta de classes mundial. Diante dela, sucumbe a política pequeno-burguesa revestida do marxismo, leninismo e trotskismo. É em nossos países que demonstramos a fortaleza do internacionalismo. O Comitê de Enlace tem como tarefa se desenvolver como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista.

## Responder à crise do capitalismo e os ataques da burguesia aos explorados

32. Os revolucionários devem intervir nos movimentos sociais que se põem de pé, procurando enfrentar a opressão e os ataques que o capitalismo em decomposição descarrega sobre os explorados. Com sua própria política, dar respostas aos problemas sociais, políticos e nacionais, construindo uma ponte entre suas reivindicações atuais, seu estado de mobilização e o programa da revolução social, que expressa



- a resposta às condições objetivas, às leis da história.
33. Diante do ataque às condições de vida das massas, da redução do poder aquisitivo dos salários e das aposentadorias, defendemos a luta unitária para impor o salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste. Respondemos ao desemprego e precarização crescentes com a bandeira de divisão das horas trabalhadas entre todos os trabalhadores, sem afetar os salários (escala móvel das horas de trabalho). Exigimos a efetivação de todos os trabalhadores temporários, respeitando o acordo coletivo da empresa. Chamamos a ocupar toda fábrica que demita ou suspensa seus trabalhadores, exigindo sua estatização sob o controle operário coletivo.
  34. Diante das campanhas chauvinistas contra os imigrantes, especialmente nos países capitalistas avançados, chamamos a mobilização para impor a plena legalidade e direitos a todos eles e de suas famílias. Os sindicatos devem ocupar o primeiro lugar na luta pela defesa dos trabalhadores imigrantes, não aceitando que sejam qualificados como cidadãos de segunda classe.
  35. Diante das guerras que se expandem por vários territórios, especialmente nas semicolônias, rechaçamos toda ingerência do imperialismo e exigimos a vigência da autodeterminação nacional. Chamamos também a romper com os setores nacionalistas da burguesia, que procuram tomar a direção dos movimentos populares, para orientá-los por detrás de suas políticas que acabam subordinadas a alguma fração do imperialismo. Opomo-nos a toda divisão das nações em função dos interesses das frações burguesas em disputa.
  36. As dívidas externas que afetam as semicolônias têm levado suas economias à beira da quebra, exigindo recursos extraordinários para pagá-las, acrescidas de juros e comissões. O capital financeiro utiliza o endividamento das nações como uma forma de submetê-las aos seus planos, exigindo a entrega do controle da economia e dos principais recursos. A dívida externa deve ser desconhecida, não deve ser paga. Denunciamos as burguesias nacionais que provocam uma verdadeira sangria e que entregam sua economia para cumprir as exigências do imperialismo. O imperialismo descarrega sua crise sobre as semicolônias e utiliza de todos os mecanismos para submetê-las ainda mais. A resposta é expulsar o imperialismo de todos os setores vitais da economia, sem pagar indenizações. O petróleo, a mineração, a produção de energia e sua distribuição, as comunicações, o comércio exterior, os bancos, a terra, etc. não podem permanecer nas mãos das multinacionais. É um terreno de disputa com as burguesias nacionais que, em seu processo de submissão ao imperialismo, se negam a estatizar os setores chaves da economia. As mobilizações pelas estatizações aproximam a classe operária da luta pelo seu próprio poder.
  37. O banco e o comércio exterior devem ser nacionalizados para acabar com o setor parasitário da economia, cada vez mais concentrado. Assim se acabarão com as especulações contra as moedas, com a evasão e fuga de divisas, que desestabilizam as economias mais débeis.
  38. Diante dos processos especulativos, da elevação dos preços, das ações monopolistas de certos grupos empresariais, exigimos a abertura de livros e controle operário da produção. A burguesia se converteu em uma classe parasitária que não tem problema em fechar as fábricas, os estabelecimentos e jogar milhares de trabalhadores na rua, procurando, assim, manter o incremento de seus lucros. Por essa via, a classe operária se educa para tomar o poder, conhecendo a economia real, o entrelaçamento entre as empresas, qual é sua verdadeira contabilidade e pode começar a disputar-lhe com maior consciência a direção da economia.
  39. Na maioria dos países semicoloniais, se conserva uma estrutura agrária dominada pelo latifúndio, trata-se de uma das heranças mais pesadas, devido à não realização das tarefas democráticas por parte da burguesia. Essa tarefa somente pode ser resolvida pela classe operária lutando por sua expropriação. A falta de alimentos ou seu encarecimento, ou a sua substituição pela produção de produtos que convêm ao mercado internacional, procurando cegamente o ganho maior, torna-se imprescindível colocar essa tarefa, contando para isso com a alavanca dos operários rurais e dos camponeses, empurrados à ruína pelas políticas do capital financeiro e dos oligarcas latifundiários que controlam as terras.
  40. Nossa política contra os crimes dos governos, dos bandos armados da burguesia e de seus capangas organizados pela burocracia sindical que usam a violência contra a luta das massas, é a de trabalhar pela formação de verdadeiros tribunais populares, apoiados na mobilização dos explorados, para investigar os crimes e impor sua punição, nenhuma confiança na justiça burguesa. Constituir os comitês armados de autodefesa, vinculados aos explorados e aos seus organismos de decisão coletivos. Liberdade a todos os presos políticos. Plena legalidade para as lutas. Impor a democracia operária nos sindicatos para varrer a burocracia. Nenhuma intervenção do Estado na vida das organizações operárias.
  41. Reivindicamos todos os métodos de ação direta de massa para conquistar as reivindicações, como a única via. Nenhuma confiança no Parlamento e suas leis. Organizar a autodefesa das massas diante da repressão oficial e dos capangas do governo ou da burocracia. Impulsionar todas as formas de auto-organização das massas, toda forma soviética, de assembleia popular, para que o partido do proletariado possa ocupar o lugar de dirigente. Combatemos como a peste o democratismo, toda forma de ilusão na democracia burguesa. A todo tempo, é necessário ressaltar que a democracia burguesa é a forma da ditadura do capital. Em nome da democracia e da legalidade, se procura encarcerar o movimento das massas, que é acusado de conspirar quando ultrapassa esses marcos.
  42. A tática da classe operária nas semicolônias é a da frente única anti-imperialista, para poder ganhar a maioria oprimida para sua política. É uma tática essencial para ajudar as massas a romper com setores nacionalistas e frentepopulistas. A frente única em geral para libertar as massas de suas direções capituladoras. A FUA é a resposta tática da classe operária.
  43. A estratégia da classe operária é a luta pela ditadura e revolução proletária (governo operário-camponês, como expressão da aliança da classe operária com todas as classes oprimidas da cidade e do campo, governo da maioria da nação oprimida). A unidade da América Latina se alcançará sob os Estados Unidos Socialistas da América.

# Resolução sobre o Brasil

1. A derrocada econômica se converteu em profunda crise política. O Brasil entrou em recessão. O desemprego cresce. A inflação está em alta. O custo de vida avança com o aumento das tarifas e alimentação. O Tesouro Nacional perde arrecadação. A dívida pública pesa decisivamente no conjunto das relações econômicas. A dívida externa privada se torna um problema com a valorização do dólar. As contas públicas estão mais dependentes do capital especulativo. Os juros vêm sendo elevado mensalmente pelo Banco Central. A inadimplência se apresenta no horizonte para um considerável contingente da população. As massas sentem o sacrifício aumentar. As frações da burguesia se movimentam para proteger a lucratividade e seus patrimônios. Em sínteses, o País está diante de uma bancarrota incomensurável.
2. O quadro de decomposição econômica não se limita às fronteiras nacionais. A reversão do período de crescimento para o de retração é parte da desintegração mundial do capitalismo. As forças produtivas então em franco choque com as relações capitalistas de produção e com as fronteiras nacionais. Brasil se integrou mais ampla e rigidamente à ordem mundial, na condição de economia atrasada e de nação semicolonial. Por suas dimensões, deve contribuir em grande escala para a proteção do capital financeiro internacional. Está fadado a quebrar parte da economia nacional, seguindo o curso mundial de destruição de forças produtivas, ao mesmo tempo em que está obrigado a proteger o capital parasitário.
3. A burguesia nacional se vê na contingência de atacar a vida das massas. A sua proteção e a do capital internacional implicam ataque profundo aos empregos, salários, direitos trabalhistas e condições de existência da maioria. A classe operária já se ressentida das demissões. A classe média começa a se atemorizar com as dívidas e com perdas de privilégios. Os camponeses assentados não podem contar com nenhuma ação de melhoria. Os aposentados correm o risco de não ter nenhum aumento real do salário mínimo. Os miseráveis que dependem das esmolas garantidas pelo assistencialismo vivem a expectativa dos ajustes nos dispêndios sociais do Estado. Os programas de “inclusão social” já não podem ser ostentados como parte da política econômica do governo petista. O que causa apreensão em milhões de pobres. Esse novo quadro potencia a luta de classes.
4. A necessidade de mudança nas diretrizes econômico-administrativas do governo impulsiona as disputas interburguesas. Já não há como os capitalistas de conjunto investirem, lucrarem e ampliarem seus negócios. O reanimamento dos Estados Unidos não foi capaz de abrir um novo ciclo de crescimento mundial. Uma parcela ganha e outra perde com a queda nos preços do petróleo e das commodities em geral. Crescem os desequilíbrios entre os países. Recrudescem a guerra comercial. O capital financeiro (imperialista) se torna mais agressivos em seu saque das nações oprimidas.
5. A burguesia brasileira tem de ceder terreno, alargando o caminho à penetração externa. Intensificam-se os choques internos entre as frações burguesas em torno da política econômica e dos recursos do Tesouro Nacional.
5. Esse processo despontou no primeiro mandato de Dilma Rousseff, dinamizando-se em seu final. As medidas de proteção às multinacionais e a setores nacionais não se converteram em crescimento. As de aparência popular (redução da tarifa de energia) serviram de máscara ao real objetivo de favorecimento ao grande capital. O gigantesco subsídio e a desoneração fiscal se tornaram incompatíveis com o aumento da dívida pública, a brutal carga de juros e a redução do superávit primário. No fundamento da política econômica de qualquer país semicolonial, estão a dívida e seu custo para o Tesouro. Quanto maior for seu peso, maior a dependência ao capital financeiro internacional. O crescimento das contradições na base econômica e o impasse da diretriz governamental desmantelaram a administração petista.
6. A reeleição de Dilma não fez senão dar continuidade à crise em que se encontrava o governo no final de mandato. A classe média se lançou em grande parte aos braços do peessedebista Aécio Neves. O PT perdeu uma importante camada da pequena-burguesia, que se deslocou para a oposição. Mas o mais significativo foi o fato de um contingente da classe operária ter se deslocado para a oposição burguesa. A fração mais poderosa do capital nacional, sediada no Sudeste e Sul, se colocou pela mudança no poder do Estado. Uma nova composição de forças da burguesia devia substituir a da coalizão PT/PMDB. O País se dividiu, dando uma pequena vantagem a Dilma. A polarização impulsionou a crise política.
7. O PT saiu debilitado das eleições. O seu governo, mais dependente do PMDB. Por meio do Congresso Nacional, os peemedebistas têm colocado as condições de governabilidade. Aliados de Dilma e oposição não escondem que jogam entre si para ditar o curso dos acontecimentos. Os mais renhidos opositores se acham na base aliada, comandada pelo PMDB. A eleição do direitista Eduardo Cunha para a presidência da Câmara Federal e a manutenção de Renan Calheiros para o Senado representaram o declínio do PT e o seu isolamento. Dilma se encontra na mais profunda dependência do PMDB, que tanto serve de anteparo à ofensiva do PDSB contra a governabilidade quanto de meio para seus ataques. Está claro que Dilma sobreviverá caso o PMDB permitir. O PT chegou a essa situação de completa subserviência graças à sua política de aliança com o maior partido oligárquico do País.
8. A investigação sobre a corrupção e lavagem de milhões desviados da Petrobrás expôs uma das fontes de financiamento de campanha eleitoral dos principais partidos. O que se sabia por dedução - uma vez que os gigantes gastos nas disputas eleitorais são alimentados por empreiteiras, grandes industriais e banqueiros - foi exposto abertamente com



as investigações da operação Lava Jato. Embora vários partidos estejam implicados, o ônus da corrupção recai sobre o PT. A oposição se agarrou à tese de que a vitória de Dilma se deveu ao dinheiro sujo, lavado por uma sofisticada organização criminoso. Como ninguém se atreve a demonstrar os vínculos venais do PSDB com grupos de doadores, foi possível a Aécio pendurar sobre a cabeça de Dilma a espada do “impeachment”. Os petistas foram acuados em um canto do Palácio do Planalto. O PMDB passou a ter a chave da crise, ainda que esteja implicado no escândalo da Petrobrás até os ossos.

9. Dilma Rousseff fez a virada na política econômica exigida pelo capital financeiro. O “ajuste fiscal” destina-se a recompor a capacidade do Tesouro Nacional de sustentar a dívida interna. As primeiras medidas se voltam contra os assalariados. Direitos previdenciários e trabalhistas foram atacados. As tarifas controladas pelo Estado, reajustadas para cima. Verbas destinadas a serviços sociais, reduzidas. Obras públicas, desativadas. Está na mira do ministro Joaquim Levy acabar com aumento real do salário mínimo. Os programas de “inclusão social” serão reavaliados. As renúncias fiscais e certos subsídios foram alterados. Os bancos públicos terão de seguir a diretriz ditada pelo mercado, isto é, pelo cartel dos bancos privados. Novas medidas destinadas a conter gastos estatais estão por vir. Certamente, se voltarão contra o funcionalismo público. De conjunto, constituem ações cujas consequências são recessivas. Agem no sentido contrário do desenvolvimento das forças produtivas.
10. A burguesia aprovou o ministério econômico liberal constituído por Dilma. Mas não há unanimidade quanto a cada setor deve arcar com o ajuste fiscal e monetário. Um ponto há em comum: os explorados devem arcar com o maior peso dos cortes. Não existe uma via que neutralize as disputas interburguesas. Os capitalistas mais débeis enfrentarão depressão e quebras. A recessão e o endividamento dos empresariados depreciam o capital fixo e dinamizam a reconcentração. Os monopólios e os fundos de investimentos já pressionam para que lhes sejam facilitado o acesso aos capitais desvalorizados. Cresce a pressão para que o governo dê mais um passo nas privatizações. A Petrobrás deve passar por uma reformulação que lhe reduza a força econômica. O petróleo e outras fontes de matérias primas não passarão incólumes pela crise. Os bancos estatais serão direcionados a ceder terreno ao capital financeiro privado. O “Plano Levy” se encontra apenas no primeiro estágio.
11. A sobrevivência do governo petista depende de levar adiante o programa liberal. As primeiras medidas que afetam o setor industrial foram mal recebidas. As que atingem os trabalhadores colocaram a burocracia sindical em dificuldades. O governo terá de negociar com o Congresso a cada passo do ajuste fiscal. Sob seus pés, a recessão, as demissões e a alta do custo de vida alimentarão a luta de classes. O agravamento dos choques em torno do escândalo da Petrobrás é um obstáculo para a estabilização da governabilidade. As forças burguesas deverão chegar a um acordo logo após o vendaval para evitar que a crise política dê lugar a um movimento de rua muito mais amplo que o governista do dia 13 e opositorista do dia 15. As iniciativas do ministro Levy exigem um alinhamento de forças em torno do governo. Esta é apreensão da fração burguesa empenhada em evitar um fracasso prematuro do ajuste fiscal.
12. As manobras da oposição em torno da bandeira de cassação do mandato de Dilma (impeachment) potencializam a crise política. As manifestações do dia 15 foram um ensaio nesse sentido. No entanto, limitaram-se à classe média e à grande cidade do Sudeste e Sul. No Norte e Nordeste, foram insignificantes. A classe média dessas regiões é limitada e muito longe de exibir privilégios econômicos. É necessário arrastar as camadas mais pobres da população e setores da classe operária para criar as condições políticas ao impeachment. O PMDB tem a ganhar com a manutenção do governo de coalizão. Um processo institucional pela cassação do mandato de Dilma depende em grande medida de uma ampla unidade dos partidos da burguesia, um total isolamento do governo e o avanço da luta de classes. O fundamental da manifestação massiva da classe média está em que coloca a iniciativa política nas mãos do PSDB. Por essa via, as massas oprimidas poderão ser arrastadas por trás da fração burguesa que comanda economicamente o País.
13. O PT e sua burocracia sindical, seguidos pelo MST, UNE/PCdoB e MTST, se viram em meio ao torvelinho de contradições. Estão obrigados a sustentar o governo que ataca a vida dos explorados, que se submete às exigências do capital financeiro e que entrega o patrimônio público. A virada de Dilma para o ajuste fiscal desmascarou a propaganda petista nas eleições de que a população estava diante de dois projetos distintos: o de Dilma voltado ao desenvolvimento com inclusão social e de Aécio recessivo, privatista e antipopular. A manifestação do dia 13 de apoio ao governo foi disfarçada com as bandeiras de defesa da Petrobrás, democracia, reforma política e direitos sociais. Não teve projeção nacional. Foi ofuscada pela manifestação da pequena burguesia dois dias depois. Procurou-se criar um clima de contra e a favor do impeachment, contra e a favor do “golpismo”. A divisão entre partidários do governo reeleito e da oposição, no fundo, converge para manter os explorados sob a estratégia de poder da burguesia.
14. As manifestações, tanto do PT, quanto do PSDB, serviram à política burguesa, à disputa entre os partidos dominantes no seio do Estado. A bandeira de combate à corrupção e de reforma política correspondem aos conflitos interburgueses. As centrais sindicais alienam a independência dos explorados colocando-se atrás das ações e manobras do governo e da oposição. A corrupção é inerente ao Estado. A interpenetração da política com os negócios da burguesia é estrutural. Não era preciso que o PT se utilizasse de falcatruas com as empreiteiras para se corromper. Bastava ter recebido legalmente (sem transação comercial) os milhões dos capitalistas para fazer parte da corrupção. Qualquer

partido da ordem capitalista necessita de muitos recursos para cumprir sua função de preservadores do sistema de exploração do trabalho e de domínio da minoria exploradora sobre a maioria explorada. O proletariado responde à corrupção e à decadência da democracia burguesa (mantida à força do dinheiro e do aparato militar-policial) com a sua estratégia revolucionária e com suas bandeiras próprias, opostas às dos partidos da burguesia.

15. A reforma política faz parte de um movimento reacionário dos partidos burgueses. A democracia que se instalou depois de vinte anos de ditadura militar ressurgiu apodrecida e foi se deteriorando até que os escândalos de corrupção explodissem por seus poros. O PT se levantou arrastando as massas sob a bandeira de uma política imaculada, comprometida em limpar o Estado das imundices espalhadas pela oligarquia dominante e voltadas a arrancar os explorados da subserviência e da miséria. Precisou mascarar sua corrupção política antes mesmo de chegar ao poder em 2003. O PT prematuramente passou a depender do financiamento de campanha patrocinado por grupos econômicos. Seu destino foi o de ser apresentado pelas instituições do Estado como um bando de ladrões, sagaz em montar quadrilhas. É evidente que os petistas não fizeram senão se meter no lodaçal há muito existente. Mas como foi acusador de que o Congresso era formado por “trezentos picaretas” deve agora pagar com a desonra. Os fatos mostram que não é formado apenas por “trezentos picaretas” ou “trezentos e cinquenta achacadores”. É formado por um conjunto de partidos que, para servirem à burguesia, são bem pagos.
16. Não se trata de reformar o irreformável. A democracia apodrecida somente serve aos monopólios, banqueiros e oligarcas latifundiários. Se esta não atender aos seus negócios e não conter a luta dos oprimidos, pode muito bem ser substituída por uma ditadura. As ações voltadas a arrastar a população para a reforma política devem ser combatidas com o programa da revolução proletária. As bandeiras democráticas do proletariado não se confundem com as mixórdias burguesas e pequeno-burguesas. Combatê-las com o programa exige partir das necessidades mais prementes das massas, que as movimentam instintivamente. Por essa via, a apodrecida democracia mostrará sua verdadeira identidade: a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos e o domínio imperialista sobre o Brasil semicolonial.
17. A classe operária se encontra contida pela política do petismo e pela conciliação de classes praticada pela burocracia sindical. As duas maiores centrais estiveram em lados distintos nas manifestações de apoio e de oposição ao governo. No entanto, a CUT e a Força Sindical formam um dique de contenção ao descontentamento dos assalariados. As greves operárias vêm ocorrendo, mas isoladamente. A burocracia as limita e evita que se generalizem. As demissões no ramo metalúrgico podiam dar lugar a um movimento geral. As greves na Volkswagen e GM ocorreram pontualmente e não serviram de ponto de partida para a luta ge-

ral contra as demissões. A paralisia nas obras da Petrobrás resulta em destruição de postos de trabalho. Não se toma nenhuma medida séria de defesa da estabilidade. Não falta demagogia parlamentar em torno ao projeto de redução da jornada para 40 horas. O governo golpeou a previdência (pensão por morte) e o seguro desemprego. A burocracia se limita a denúncias e a promessas de derrubar as medidas provisórias no Congresso Nacional. É nesse quadro de contenção do movimento operário e de renúncia às suas reivindicações que a pequena-burguesia toma a dianteira na luta contra o governo, desgraçadamente sob a bandeira do PSDB e aliados.

18. A crise econômica e o ataque da burguesia à vida dos trabalhadores recrudescem os antagonismos de classe. A tendência é de ampliar a luta coletiva dos explorados. As reivindicações mais sentidas não podem ser defendidas por meio de greves e manifestações isoladas. As experiências negativas se encarregarão de mostrar o caminho da unificação. O ataque centralizado do governo a antigas conquistas do proletariado permite a politização das massas. A situação permite à vanguarda realizar uma ampla propaganda e agitação das bandeiras que de fato respondem à desintegração do capitalismo e protegem os explorados. É fundamental vincular às reivindicações econômicas com as de conteúdo político. Nos embates, coloca-se a organização independente da classe operária, a recuperação dos sindicatos como instrumento classista, a defesa da democracia sindical e a aplicação da tática de frente única.
19. A crise de direção revolucionária é a principal contradição da situação. Sem o partido revolucionário, o proletariado não tem como liderar a maioria nacional oprimida contra a burguesia e o imperialismo. A manifestação da classe média sob a política da oposição burguesa exige da classe operária uma resposta, caso contrário poderá caminhar mais à direita. O PT e sua burocracia sindical estão na contramão desta tarefa. A força do centrismo de esquerda (CSP-Conlutas/PSTU) e do reformismo pequeno burguês (Intersindical/PSOL) é diminuta. Não têm como se potencializar revolucionariamente com o democratismo esquerdista. Essas vias estão enclausuradas à democracia burguesa e ao burocratismo sindical. Terão de ser desmascaradas perante os acontecimentos, combatidas pela crítica marxista e confrontadas com o programa da revolução proletária. Levantam-se como uma trava e desvio da vanguarda que se coloca no campo da independência de classe. É preciso que os marxistas-leninistas-trotskistas concentrem os esforços em construir o partido no seio da classe operária. Trabalhem incessantemente para organizar as lutas sob as bandeiras que unificam os explorados, que aproximem o campesinato da classe operária, que impulsionem a luta antiimperialista, que permitam desenvolver a estratégia da revolução social, do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Todos esses aspectos estão colocados pela crise capitalista e pela decomposição dos partidos da burguesia.

## Resolução sobre a Argentina

1. O governo Kirchner, burguês, nacionalista, foi produto da monumental crise política dos anos 2001-2002. O levante das massas respondeu à aplicação, nos anos 90, ao programa neoliberal. Esse levante que pôs em cheque o Estado burguês obrigou a uma mudança política da burguesia, uma vez que as instituições, os partidos, a burocracia, estavam fortemente questionados pela grande maioria da sociedade.
2. Os governos que se sucederam desde 2002 tiveram de apelar a todos os recursos para conter a crescente radicalização social (o kirchnerismo chega ao governo em 2003 por meio de eleições antecipadas). Algumas das diretrizes: descartar os partidos políticos tradicionais, assumir bandeiras dos movimentos de direitos humanos, privilegiar a burocracia sindical “combativa”, lançar planos sociais para os desempregados, conceder recursos para planos habitacionais, restaurantes populares, de maneira a desviar os movimentos piqueteiros dos desempregados, restabelecer o regime de negociações paritárias, reajustar as aposentadorias, aposentar os trabalhadores que não reuniam as condições para tal, modificar a composição da Corte Suprema de Justiça e os mandatos das forças militares, promover algumas obras públicas de importância, etc.
3. Os kirchneristas tiveram a seu favor o crescimento da produção agropecuária e dos preços dos produtos primários em geral, que geraram um saldo comercial favorável, permitindo sobreviver apesar do isolamento imposto à Argentina pelo capital financeiro internacional, devido ao “default” da dívida externa, decretado em dezembro de 2001. Os excedentes, no entanto, foram depois utilizados para pagar pontualmente a dívida externa renegociada. O abandono do plano de conversão do peso em dólar (eixo da política econômica ditada pelo capital financeiro), com uma fortíssima desvalorização de mais de 300%, provocou uma queda na mesma proporção do salário e dos custos internos que fomentaram a exportação e frearam as importações, o que possibilitou reabrir postos de trabalho, diminuindo o desemprego e subemprego, que haviam chegado a 25%, recompondo o poder aquisitivo do salário. Depois de uma longa recessão, a economia cresceu a índices muito elevados.
4. Os treze anos do governo nacionalista mostram cabalmente os limites do nacionalismo, devido à prostração da burguesia diante do imperialismo. Não resolveu, nem podia resolver as tarefas democráticas burguesas pendentes: acabar com a grande propriedade agrária, nacionalizar os bancos e comércio exterior, desenvolver a indústria, romper com o imperialismo para conquistar a soberania nacional. Tarefas essas muitas vezes anunciadas na história - especialmente pelo peronismo -, que foram abandonadas. As amarras do grande capital nacional e estrangeiro constituem uma trava essencial para o desenvolvimento das forças produtivas. Não há nenhuma possibilidade de desenvolvimento pleno e harmônico da economia, se não se transformar a grande propriedade dos meios de produção em propriedade social. Os discursos contra o capital financeiro, contra o FMI e suas receitas, contra os fundos abutres, contra as políticas neoliberais, a rejeição à ALCA, a nacionalização parcial da YPF, a estatização das AFJP, os choques com algumas corporações, como a Shell, o protecionismo, o controle sobre as remessas de divisas, não se devem confundir com o conteúdo pró-imperialista dos governos kirchneristas:
  - pagou-se a partir de 2006 a dívida externa fraudulenta, como não tinha feito nenhum governo na história da Argentina, dívida que deveria ser desconhecida. Todos os excedentes foram destinados ao pagamento da dívida, que ainda não foi cancelada;
  - facilitou-se a penetração das principais multinacionais da mineração, que se apoderaram de importantes recursos;
  - permitiu-se a fuga de 200 milhões de dólares por meio de vários mecanismos que utilizam os grandes capitalistas;
  - entregaram-se as jazidas hidrocarboníferas às multinacionais;
  - não se recuperaram as empresas privatizadas;
  - aumentou a concentração do capital multinacional e assim o maior domínio sobre a economia nacional;
  - no terreno político, a Argentina atuou como uma peça do imperialismo na ofensiva contra o Irã, que naquele momento tinha se tornado uma ameaça militar concreta. A Argentina se somou às forças militares no Haiti. As agências de inteligência dos Estados Unidos e de Israel atuam descaradamente no país, colonizando os organismos de inteligência. A embaixada dos Estados Unidos ditou e modificou escritos da justiça local.
5. A incapacidade para realizar medidas elementares de defesa da economia nacional tem levado à situação de crise atual: rígidos controles aos movimentos de divisas, contenção de importações que afetam a produção industrial, devido à grande dependência de produtos importados, altíssima inflação que retrocedeu o poder aquisitivo dos trabalhadores, déficit do orçamento devido aos subsídios à energia e ao transporte, dependência das exportações de produtos primários, crise na relação com os principais mercados. Essa situação provocou uma recessão industrial que já dura vinte meses, com demissões de trabalhadores, suspensões, diminuição de horas-extras, etc.
6. Devido aos limites do modelo “nacional e popular” da burguesia, o grande crescimento da economia não significou para as massas a recuperação dos níveis de conquistas da década de 70, nem que se tenham recuperado as empresas privatizadas dos anos 90. Uma elevada porcentagem dos assalariados trabalha em condições precarizadas: um em cada três trabalhadores não está registrado, 70% não conseguem cobrir o custo de vida, o desemprego e o subemprego voltaram a crescer, a saú-

de e a educação públicas continuam se deteriorando e o déficit habitacional é gigantesco. Em um país que produz alimentos para 400 milhões de pessoas no mundo, camadas inteiras da população continuam sem acesso à alimentação, de acordo com os nutrientes necessários. Como a presidente reconheceu, neste mesmo período, os capitalistas obtiveram índices elevados de rentabilidade por um longo período (“levam-na com a pá”, foram suas palavras). A incapacidade da burguesia em sua versão nacionalista demonstra que, mesmo contanto com condições econômicas extremamente favoráveis, não consegue resolver os problemas mais elementares das massas, como trabalho a todos e um salário para se viver como pessoas, tendo acesso à moradia, saúde e educação. A permanência da burguesia no poder não faz senão agravar as condições de vida das massas em geral.

7. A política de controle de importações, o controle do movimento de divisas, os elevados impostos e a campanha permanente pelo incremento da arrecadação, as retenções das exportações, o difícil e caro acesso ao mercado financeiro internacional, os controles de preços, etc. provocam choques e conflitos permanentes com setores poderosos do capital nacional e internacional, que atuam para derrubar o governo, por eleições ou outro qualquer meio. Utilizam os grandes meios de comunicação para hostilizar, realizando campanhas. Valem-se da Justiça para promover causas contra funcionários ou impedir a aplicação de leis ou ações legais contra eles. Um setor do imperialismo, como se evidenciou no caso Nisman, opera abertamente contra o governo. A ação aberta por estes setores, que se expressa também nas posições dos partidos burgueses opositores, às vezes com discursos obscurantistas, provoca uma polarização política, que contribui para sustentar o governo e ocultar sua natureza de classe, obscurecendo que na raiz de sua política têm em comum a defesa da grande propriedade.
8. Neste ano de 2015, se realizam as eleições presidenciais. A luta pelo controle do aparato do Estado é encarniçada. Utilizam-se de todos os recursos para conquistar o governo. Os principais candidatos da burguesia fazem campanha defendendo o “modelo” atual, *como continuadores das conquistas e ganhos destes anos*. Os opositores dizem que é preciso acabar com o processo de *dez anos perdidos, de corrupção, de capitalismo de amigos, para restabelecer a república com pleno funcionamento das instituições, etc.* Essa polarização engana as massas, a enorme maioria votará “a favor” ou “contra”, e potencia-se o chamado voto útil.
9. Nestas condições, somente a voz do POR aparece como expressão consciente da classe operária, desenvolvendo a propaganda da política, da estratégia da classe operária, denunciando a farsa eleitoral e as instituições, o ca-



ráter de classe do Estado, ressaltando a necessidade da auto-organização das massas, de seus métodos de ação direta, a necessidade de acabar com a grande propriedade privada por meio da revolução social, como única condição para começar a reconstruir a sociedade. O POR trabalha por ajudar as massas a se libertarem do nacionalismo e de sua ideologia de conciliação de classes, de unidade nacional e de apego à legalidade burguesa. A classe operária se libertará politicamente construindo o seu partido revolucionário, o POR, que encarna a estratégia revolucionária da classe operária e intervém nas eleições fazendo a propaganda de seu programa, assinalando que a unidade política dos oprimidos deve ser materializar em uma frente única anti-imperialista, sob a direção política da classe operária, para tomar o poder e realizar as transformações revolucionárias.

10. A esquerda democratizante que abusivamente se intitula de trotskista, como o POR tem reiteradamente criticado, vem promovendo campanha no sentido contrário, para conseguir postos no Congresso e nas legislaturas locais, sem fazer propaganda com as bandeiras da classe operária.

Em sua campanha pública, está ausente toda referência à estratégia proletária, ao comunismo, à violência revolucionária, à necessidade de expropriar a grande propriedade. Desta maneira, a esquerda democratizante contribui para alimentar as ilusões burguesas, acabam

assim como seguidistas de uma fração patronal. A intervenção nos grandes meios de comunicação, aos quais têm acesso, comprova essas características. O POR tem a obrigação de travar a luta contra estas políticas, uma vez que se trata de um importante setor da vanguarda que combate e que, por isso, o POR deve ganhá-lo para a política revolucionária.

11. No próximo período, a luta de classes se agudizará. Ganhem quem ganhar as eleições, a burguesia terá de fazer duros ajustes na economia, impostos pela crise local e pela extensão da bancarrota mundial da economia, que não se encerrou. É necessário trabalhar duramente por desenvolver as consignas que concentram as reivindicações mais importantes das massas, chamando-as a confiar somente em sua ação direta, passando por cima das direções burocráticas. O governo reforçou sua política repressiva, colocando à frente do exército o repressor Milani, fortalecendo Berni e a polícia, aplicando a lei antiterrorista, etc. A luta pela independência da classe operária é vital para intervir com sua política própria. Se não se resolver a crise de direção, construindo o POR, a classe operária seguirá as alternativas de outras classes, que a conduzirão novamente de frustração em frustração.

1 de abril de 2015



# Bolívia: Perspectivas da Situação Política

É importante recolocar o que o POR vinha desenvolvendo em suas análises sobre a evolução da situação política na Bolívia.

Em nosso XLV Congresso (2012), assinalávamos, em resumo, o seguinte:

“Ao surgir o fenômeno do MAS, quando já apontava concentrar em suas mãos o controle do aparato do Estado devido ao esgotamento da tradicional política reacionária da classe dominante e do imperialismo, o Partido o caracterizou corretamente como uma variante da política burguesa...”

“As ideias vagas que se difundem sobre a necessidade da emancipação do índio, partindo da necessidade de ser respeitado e reconhecido em suas tradições, seus usos e costumes pelo Estado brancoide, por meio de um processo democrático, pacífico e legal, renegando assim a rica tradição dos sangrentos levantes que protagonizaram as nações originárias durante a colônia e a vida republicana, em busca de sua libertação, não vão além de uma concepção liberal burguesa, reacionária em nossa época...”

“O partido, partindo dos fundamentos básicos do programa, afina com precisão a caracterização burguesa do novo governo do MAS como francamente reacionário ao negar a luta de classes com a teoria da complementaridade, reciprocidade e coexistência pacífica das classes oprimidas e opressoras existentes no país e da coexistência harmônica e solidária com o imperialismo...”

“A origem indígena-camponesa do líder cocaleiro, Evo Morales, despertou enormes ilusões em praticamente todos os setores dos explorados. É claro que em tais condições, a revolução é impossível, primeiro é necessário que os explorados superem essas ilusões e a tarefa fundamental do partido revolucionário é a de ajudar as massas a superá-las o mais rapidamente possível...”

“O documento, à luz das lutas que ocorreram em importantes setores da nação oprimida, como a forte resistência ao gasolínio, que obrigou o governo a retroceder em sua criminoso medida, inclusive a revolta da oficialidade de baixa graduação da polícia e mais tarde também das Forças Armadas, em meio a um descontentamento popular, assinalava que as massas exploradas se diferenciavam politicamente do MAS e caracterizou a situação política como “uma situação pré-revolucionária dentro do processo de desenvolvimento de uma situação revolucionária.”

“Nas eleições nacionais de outubro de 2014, novamente o MAS, principalmente Evo Morales, obtém um triunfo aparentemente contundente com 61% (com a ajuda fraudulenta do Tribunal Superior Eleitoral para alcançar os 2/3 no Parlamento); ganhou em 8 dos 9 departamentos do país, só perdeu em Beni. No entanto, sua votação caiu significativamente em relação a eleição anterior nos departamentos do ocidente – seu principal reduto eleitoral –, perda compensada com a votação no oriente, graças, em boa medida, ao apoio da oligarquia oriental (agroindustriais, latifundiários), que finalmente evidenciou a vocação pró-burguesa do governo deste indígena que no início lhes provocou te-

mor acreditando que se cobraria os 500 anos de opressão.”

“Para muitos, certamente, parecia que esses resultados eleitorais não condiziam com o balanço do POR no sentido de que as massas estavam em franco processo de diferenciação em relação ao MAS. O POR assinalou que se tratava de uma vitória de pirro diante da estúpida, dividida e encolhida oposição da direita tradicional.”

“Agora, depois de quatro meses das eleições nacionais, as eleições subnacionais têm mostrado com maior nitidez o processo de diferenciação das massas em relação ao governo do MAS. Perde estrepitosamente nas prefeituras das cidades centrais do eixo (La Paz, El Alto, Oruro, Cochabamba e Santa Cruz) além de Tarija, Beni e Pando, e para governador de La Paz, Tarija e Santa Cruz, e deverá disputar em segundo turno em Chuquisaca e Beni. Diante dos candidatos, comprados pelos partidos tradicionais e organizações civis improvisadas que têm recebido o voto não por adesão – carentes de posições políticas –, mas como meio de punir o MAS por sua corrupção.”

“Contudo, o MAS continua sendo o único partido com presença nacional e em muitos setores da população a identidade indígena-camponesa do Presidente continua sendo um argumento forte. Seria um erro crer que Evo já está definitivamente liquidado, mas ele e o MAS estão vivendo uma etapa de incontornável decomposição política e os resultados desastrosos das eleições subnacionais serão detonadores para que se afundem em sua crise interna”.

“A pergunta é: Para onde conduz esse processo de desencanto das massas com o governo impostor, que continua insistindo que o país vive um ‘processo de mudança’ quando todos, inclusive os camponeses e os chamados ‘movimentos sociais’, em nome daqueles que dizem governar, constatam que definitivamente nada muda, exceto a política do governo que cada dia mais se direitiza e sela sua aliança com setores da burguesia, as oligarquias latifundiárias e as multinacionais?”

“Com certeza, haverá uma nova frustração se o proletariado, a classe revolucionária por excelência, não se sacudir da letargia política em que se encontra e assumir novamente seu papel de direção nacional com seu programa socialista”.

“Está claro que, ao caracterizar a mudança política que se vem operando, cabe aos revolucionários assumir a tarefa de organizar politicamente o descontentamento popular, especialmente no movimento operário, sob a perspectiva da revolução proletária, somente assim a situação revolucionária poderá caminhar para uma revolução socialista.”

**MASAS** No 2330  
**POR**

**¡CONSUMADA LA TRAICIÓN!**

EL INCREMENTO DE 9,5% A LA MASAS SALARIAL Y 15% AL MÍNIMO NACIONAL ES UN INSULTO A LA SITUACIÓN DE POBREZA DE LOS TRABAJADORES

PARA LOS RENTISTAS Y JUBILADOS NADA, ¡QUE LOS VIEJOS SE MUERAN DE HAMBRE!

CORRESPONDE ORGANIZAR COMITÉS INTERSINDICALES DESDE LAS BASES PARA RECHAZAR EL ACUERDO TRÁIDOR Y LUCHAR POR UN SALARIO QUE CUBRA EL COSTO REAL DE LA CANASTA FAMILIAR

(HASTA CUANDO HEMOS DE SOPORTAR ESTE SISTEMA BURGUÉS (CAPITALISTA) QUE PARA SOBREVIVIR TIENE QUE MATAR DE HAMBRE AL PUEBLO TRABAJADOR?)

¡ALTO AL DESPILFARRO DEL GOBIERNO LACAYO DEL IMPERIALISMO Y DE LOS EMPRESARIOS!

**MASAS**

**¡NO SOMOS NISMAN!**

Nisman era un hombre subordinado a los servicios de inteligencia de la CIA, de EE.UU. y de Israel.

No operaba a sueldo del Gobierno. No operaba al servicio de las relaciones de cooperación. Sus servicios estaban operando los servicios extranjeros.

Todo los gobiernos han encubierto al asesinato a la Embajada de Israel y al atentado a la AEP. Lo que los respaldaba era tener rápidamente en custodia que nunca funcionara para los servicios de EE.UU. e Israel. Cualquier avance serio en la investigación podía comprometer a Altschuler.

Albino atentado no pueden entenderse al margen del papel que ocupó Israel en Chile, México, una catástrofe terrorista de la industria petrolera en todos los organismos de la región.

La tarea de investigar los atentados y el crimen de la Embajada de Israel, el Tribunal Popular, jamás por este Justicia el Congreso, congresos hasta la mediación de todos las políticas de impunidad.

**¡RECHAZAR LA POLÍTICA DE LA CLASE OBRERA ES DENUNCIAR EL CARÁCTER DE CLASE DE LA DEMOCRACIA BURGUESA, QUE ES LA DICTADURA DE LOS PATRONES NACIONALES Y ESTERLIZADOR**

**VOTO NULO PROGRAMÁTICO**

**REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIAS**

**MASSAS**

GRUPO BISEMANAL DO PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO  
 MEMBRO DO COMITÊ DE LUTA NA ADMINISTRAÇÃO DA INTERCOMERCIAL  
 ANO 20 - Nº 041 - 10 e 11 de MARÇO DE 2015 - 16 e 17

**Día 13 de março, manifestação do PT e CUT em defesa do governo Dilma**

**Día 15, manifestação do PSBB e Força Sindical contra o governo Dilma**

**Em defesa das reivindicações dos explorados e de sua independência de classe**

Governo petista e oposição burguesa estão unidos na aplicação das medidas antioperárias contra as massas.

**A defesa das reivindicações se choca contra o governo e contra a direita.**

**Por um Tribunal Popular, que investigue e puna os crimes da burguesia!**

**Oposição revolucionária a Dilma**

**TCR**

Tendencia Clasista Revolucionaria  
 Frente obrero del Comité por la Revolución en la TCR (CERCO)

**PENTA y la política burguesa: Iconos de la CORRUPCIÓN Mas IMPUNENTE!**

Imagem de Evo Morales e Dilma Rousseff.



## Resoluções

### I. Sobre o Estado Islâmico

- A ofensiva militar imperialista contra o EI confirma de que se trata de defender a nação oprimida contra as opressoras. O EI em si não é uma nação, mas expressa o choque do nacionalismo islâmico contra a dominação das potências e contra os governos títeres.
- O EI se apoia em objetivos religiosos-feudais. A intenção de constituir um Califado é reacionária. Não há como retornar ao passado feudal. É preciso rechaçar de conjunto a ideologia religiosa, mas mostrando que todas as religiões são reacionárias. Não se pode, no entanto, utilizar essa caracterização e luta contra o reacionarismo religioso e a forma nacionalista que assume como pretexto para não se colocar ao seu lado contra a ofensiva do imperialismo e dos governos árabes.
- A questão curda tem de ser considerada. Mantém-se a defesa do direito dos curdos terem seu território e a autodeterminação. Mas é preciso distinguir a autodeterminação como conquista da nação oprimida da imposição territorial resultante da ação do imperialismo. A burguesia curda ao se apoiar no imperialismo serve de canal para a opressão nacional a outros povos. Está aí por que os curdos fazem parte da aliança das potências contra o EI.
- O programa proletário tem por fundamento a constituição da classe operária árabe em classe revolucionária. É preciso construir os partidos revolucionários no Oriente Médio, que tenham por estratégia os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. O combate revolucionário ao EI passa pela derrota do imperialismo através do levante da maioria oprimida sob a direção da classe operária.
- O Comitê de Enlace rechaça a posição do centrismo que se nega a defender o EI contra o ataque do imperialismo, colocando-se acima da guerra como se não houvesse o choque entre nação oprimida e nação opressora. A bandeira de lutar ao lado do EI para derrotar o imperialismo, com um claro programa revolucionário, é uma resposta concreta.



### II. Sobre a Ucrânia

- A crise da Ucrânia permanece. Consolidou-se a divisão da Crimeia e aprofunda-se o choque divisionista no Leste. Instalou-se uma guerra civil, que tem por detrás o imperialismo ocidental e a Rússia. A restauração capitalista evidenciou a impossibilidade de uma Ucrânia independente.
- O proletariado e os camponeses são arrastados pelo processo de desintegração da Ucrânia. O estalinismo liquidou as direções revolucionárias e o proletariado ficou à mercê das forças restauracionistas, que finalmente empurraram

o país para a órbita das potências. Confirmou-se a tese de Trotsky em sua luta contra o domínio burocrático estalinista sobre a Ucrânia. Somente sob a bandeira de uma Ucrânia soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente poderia sustentar as conquistas da revolução.

- Embora a situação seja distinta dos anos 30, a bandeira levantada pela IV Internacional se mostrou vigente. As variantes do revisionismo se mostraram incapazes de levantá-la.

- A Ucrânia permanece como importante região em que a crise mundial se expressa pela via das tendências bélicas. O imperialismo realiza uma ofensiva para debilitar a Rússia em processo de restauração e, assim, submetê-la mais diretamente ao capital financeiro internacional. Os confrontos permitem retomar as conquistas programáticas da Revolução Russa e recolocá-las como parte do trabalho

de reconstrução da IV Internacional.

- O Comitê de Enlace se coloca pela autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia. Entende que somente a classe operária unida aos camponeses poderá impor ao imperialismo ocidental e à Rússia a independência e a unidade do país. A guerra civil deve se transformar em guerra contra a oligarquia ucraniana. A derrocada das forças internas que conduzem a divisão e a subserviência do país ao imperialismo e a potência russa é a condição para superar a guerra civil e reconstituir a unidade da nação sob um governo revolucionário.

### III. Sobre a Palestina

- A ofensiva militar de Israel contra os palestinos, em julho de 2014, recolocou a necessidade do Estado sionista de manter o expansionismo e impedir que os palestinos tenham um Estado nacional.
- O imperialismo protege o Estado sionista não apenas o sustentando econômico-militarmente como também mascarando os massacres na Faixa de Gaza e a tremenda opressão sobre a Cisjordânia com a suposição de em algum momento se estabeleça a paz e constitua um Estado palestino.
- A esquerda reformista e estalinista insiste na tese de dois Estados. O que significa preservar o Estado sionista como instrumento de opressão imperialista sobre os palestinos. A esquerda centrista, revisionista do trotskismo, procura reviver a posição da OLP de Estado uno, democrático e laico. Não dizem que forças revolucionárias e como se chegará a uma república burguesa, que é o que caracteriza o Estado democrático e laico. Defendemos a destruição do Estado sionista por meio da revolução proletária, que recomporá a unidade da Palestina e edificará um Estado socialista. A tarefa democrática de liquidar o sionismo,

expulsar o imperialismo e tornar a Palestina uma nação independente não será o resultado de uma revolução democrático-burguesa, nacional e anti-imperialista, mas sim de uma revolução proletária que envolverá a classe operária mais avançada e organizada no Oriente Médio.

- d) A invasão militar de Israel na Faixa de Gaza, a resistência do Hamas e os consequentes massacres demonstraram que as massas palestinas devem ser armadas. As intifadas já haviam evidenciado uma tendência da juventude em se lançar contra os invasores e opressores. A luta revolucionária para enfrentar o Estado militarizado de Israel implica não apenas uma organização militar profissionalizada, como o Hamas, mas também e fundamentalmente a organização armada da população.

## IV. Resolução sobre a Grécia

- a) A bancarrota da Grécia é parte da crise estrutural do capitalismo que se manifesta violentamente na Europa. Não foi o único caso de quebra econômica. Espanha, Portugal, Irlanda e Itália, em menor proporção e em distintos graus, chegaram à borda da bancarrota. De conjunto, os países da Europa Ocidental mergulharam na recessão ou sofreram grande retração. As forças produtivas no velho continente se acham em franco conflito com as relações de produção. Apesar de a União Europeia ter rebaixado as fronteiras nacionais e constituído um mercado comum, não lhe foi possível superar o choque das forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações de exploração do trabalho e de acumulação de capital. A quebra de países inteiros evidenciou o predomínio do capital financeiro parasitário. As potências – Alemanha, França e Inglaterra – se protegem descarregando a crise sobre os países mais débeis. A burguesia, por sua vez, descarrega a inadimplência sobre os explorados. A Grécia se encontra penhorada diante desses Estados e dos banqueiros.



b) O Governo, o Parlamento e o Banco Central Europeus impuseram um acordo de resgate da gigantesca dívida grega, que sangrou o país, desintegrou sua economia e sacrificou a grande maioria da população. Passaram-se anos e a promessa de reabilitação da Grécia e de superação do sacrifício da população não se cumpriu. Ao contrário, esgotaram-se as forças da nação e um grande contingente de trabalhadores e da juventude foi empurrado para a miséria. Sobre os escombros da Grécia e do sofrimento das massas, os banqueiros mantiveram seus lucros garantidos pelo “acordo” que resultou na mão de ferro do Memorando. Os banqueiros gregos se tornaram mais dependentes do Banco Central Europeu. Os capitalistas nacionais viram seus negócios caírem. Mas são os responsáveis por submeter o país ao capital parasitário, à jogatina e ao saque do Tesouro Nacional. A situação de penúria da Grécia se identifica com a situação de empobrecimento dos explorados e revela a total putrefação da burguesia grega.

- c) As brutais consequências sociais da quebra econômica se converteram em fator da crise política. Os partidos da burguesia que governam o país – Nova Democracia (ND) e Movimento Socialista Pan-Helênico (Pasok) – são combatidos nas ruas. Em 2004, constituiu-se um movimento de características burguesas influenciado pela Coalizão de Esquerda Radical (Syriza). Em 2008, explode a crise e se inicia a onda grevista, a Grécia passou a ser sacudida por manifestações de massa. Uma sequência de greve geral colocou os explorados em confronto com o Estado. A coligação ND/Psok se tornou incapaz de conter o descontentamento da maioria que arcava com mais desemprego, cortes de salários e perda de direitos previdenciários e trabalhistas a cada novo pacote imposto pelos credores e aplicados pelo governo. Elevou-se a consciência política dos explorados que a burguesia cedeu a tal ponto de entregar o patrimônio nacional. Passaram a ligar as reivindicações imediatas com a defesa da economia e contra as privatizações. Estavam dadas as condições de uma situação revolucionária. Os explorados já não aceitavam ser governados pelos partidos da burguesia e batiam-se nas ruas com seus métodos próprios de luta.

- d) Nas eleições legislativas, em maio de 2012, emerge a Syriza e a coalizão governamental (ND/Pasok) declina. Desperta ilusões na esquerda democratizante de vários países, principalmente na América Latina. Acreditam que tornou possível constituir um “governo dos trabalhadores” ou “governo de esquerda”, portanto de ruptura com a União Europeia. Amplos setores da classe média e camadas da classe operária iniciam um deslocamento, sob a propaganda da oposição de ruptura com os credores e fim das medidas antipopulares. Milhares e milhares de gregos se lançam em outubro à quinta greve geral e em novembro uma gigantesca manifestação cerca o Parlamento que aprova novas medidas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central e Governo Europeus. As massas combatiam o governo venal e a “troika” nas ruas. Nas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014, a Syriza surpreende, alcançando 26,7% dos votos e deixando para trás a ND. Armava-se uma saída eleitoral para o governo e para a burguesia que afundaram a Grécia. Os explorados deveriam ser desviados do caminho revolucionário, que os colocava frontalmente ao poder do Estado. Sem uma direção marxista, não era possível ao proletariado dirigir a maioria para tomar o poder. Sem a derrocada da burguesia, não há como a Grécia se libertar do jugo do capital financeiro e dos ditames das potências.

- e) No final de janeiro deste ano, Alexis Tsipras liderou a vitória da Syriza. Mas havia modificado a posição original de rompimento com os credores e levantado a bandeira de renegociação com a “troika”. Utilizou-se da promessa de resolver a “crise humanitária”. Constituiu um governo pequeno-burguês, compondo com setores burgueses. Em

- suas negociações com o Eurogrupo, reconheceu a dívida e se dispôs a pagá-la. A condição consistiu em que caberia ao governo grego apresentar um plano de resgate como base de novas negociações. O impostor Tsipras apresentou a capitulação como sendo um ato de soberania. Evidenciou a incapacidade do governo pequeno burguês de liderar a revolta dos explorados contra a burguesia parasitária grega e o imperialismo franco-alemão-britânico.
- f) O movimento político-social que deu vida à Syriza e o governo pequeno burguês de Alexis Tsipras se tornaram um canal de desvio da luta revolucionária das massas. Ergueram-se como instrumento da burguesia para estancar a situação revolucionária e empurrar os explorados para o leito da passividade e da espera do que acontecerá com o novo realinhamento das forças políticas. Não se dão conta de que confiaram suas necessidades e a do país a traidores. Passaram de suas reivindicações e métodos próprios às ilusões eleitorais. Arrefeceram o movimento coletivo e delegaram à Syriza a tarefa de reconstituir a capacidade econômica da Grécia e recompor em um plano mais elevado as condições de existência da população. Sob o governo de Tsipras, os partidos da burguesia ganham tempo para se reorganizarem e se prepararem para o retorno dos explorados à luta coletiva.
- g) A projeção das massas, a desmoralização dos velhos partidos e a ação dos aparatos para conter a luta independente do proletariado caracterizam a situação política na Europa. Observa-se o despontar da direita nacionalista, xenófoba. Também na Grécia a desesperada classe média abriga em suas entranhas tendências fascistas. Embora não se apresentem ainda como uma força a ser utilizada pela burguesia, não se pode desconsiderá-las. É sintomático que ao lado da Syriza tenha se fortalecido os fascistas da Aurora Dourada. O fracasso do governo pequeno burguês de esquerda poderá servir à direita. Constitui-se um brutal erro dos revisionistas do trotskismo e dos centristas se encantarem com as eleições e considerarem que as massas deram um passo progressivo em direção ao Syriza, quando estavam em combate direto ao governo burguês.
- h) A crise na Grécia ressalta a crise de direção revolucionária, que é mundial e se manifesta com particular dramaticidade na Europa. A construção do partido marxista sobre a base do programa da revolução proletária é a condição para os explorados gregos se emanciparem da política burguesa e pequeno-burguesa. A profunda crise econômico-social colocou objetivamente a necessidade de o proletariado liderar o combate pela tomada do poder. Mas os velhos aparatos sindicais – parte deles controlados pelos estalinistas do Partido Comunista – impediram que a classe operária determinasse o curso dos acontecimentos. De maneira que a classe média arruinada esteve à frente das lutas e pesou decisivamente para desviar a via dos combates diretos para à das eleições. Sem que o proletariado constitua seu partido e se livre da influência estalinista, as soluções à crise grega serão ditadas pela contrarrevolução.
- i) Dos contundentes acontecimentos, emerge a estratégia do programa revolucionário. Não há outra que não seja a da luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. As discórdias sobre se a Grécia deveria ou não se desligar da União Europeia ocorreram no âmbito da política burguesa, que comportou inclusive a posição nacional-fascista da Aurora Dourada. As ilusões eleitorais levam esse tipo de peripécia. A estratégia histórica do proletariado se opõe a todas essas variantes. A luta das massas na Grécia para romper a camisa de força da crise estrutural converge com a luta que se desenvolve em todo o Continente. Está colocado unificá-las sob a estratégia da revolução social e dos Estados Unidos Socialistas da Europa, forma política da ditadura do proletariado europeu. Esse combate se iniciará em algum dos países conflagrados. No caso, tocou à pequena e débil Grécia. Partimos da compreensão que a Europa sofreu uma grande regressão com a degenerescência estalinista da Revolução Russa, com o consequente processo de restauração capitalista, desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a reintegração do Leste Europeu à órbita das potências imperialistas. Cabe à vanguarda que despontou nos confrontos assumir a tarefa de pôr em pé o partido que se guie pela estratégia revolucionária. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tudo fará para que a experiência grega se converta em conquista programática e organizativa do proletariado mundial.

## V. Sobre o México

- a) Sob a democracia burguesa, a polícia de Iguala metralha ônibus de estudantes, mata 6 pessoas no ato e desaparece com 43. A facilidade com que as forças de repressão do Estado burguês assassinaram os estudantes acusados de subversivos demonstra a decomposição da burguesia mexicana. É sintomático o fato de os estudantes da Escola Normal de Ayotzinapa serem mortos quando voltavam de um protesto que lembrava o massacre de Tlatelolco em 1968.
- b) O prefeito de Iguala, José Luis Abarca, que autorizou a matança, e o governador de Guerrero, Angel Aguirre, que o acobertou pertencem ao Partido da Revolução Democrática (PRD), cuja principal liderança é Cuauhtémoc Cárdenas. É conhecido o vínculo do prefeito com o narcotráfico. Como se vê, a política burguesa no México, seja do oficialismo ou da oposição, está apodrecida até a medula.
- c) O banho de sangue ocorre no momento em que o governo federal de Enrique Peña Nieto do Partido Revolucionário Institucional (PRI) impulsiona o “Plano Nacional de Desenvolvimento” 2013/2018. Suas metas são: fim do monopólio estatal do petróleo, privatização da educação, saúde, telecomunicação, energia, etc. Esse conjunto de medidas dá mais um passo na submissão colonial do México, por meio do Nafta, aos Estados Unidos.
- d) As massas mexicanas arcam com a penetração dos monopólios norte-americanos, com a desnacionalização e com

o dinâmico negócio do narcotráfico. A alta concentração da propriedade privada dos meios de produção, a brutal exploração dos assalariados e a opressão sobre camponeses e indígenas tornaram o México um país em que se agigantou a polarização entre a riqueza da minoria capitalista e a pobreza da maioria nacional.

- e) O México, com toda sua riqueza natural, se encontra mergulhado na barbárie. Certamente, esse fenômeno não lhe é particular. O capitalismo como um todo desenvolve em suas entranhas as tendências destrutivas que atingem fundamentalmente a classe operária, os camponeses e camadas empobrecidas da classe média urbana. O rápido e firme avanço da barbárie no México, porém, tem sido impulsionado não apenas por suas contradições internas, mas também, sobretudo, pelo domínio norte-americano. A burguesia nacional foi incapaz de impor a independência do México e de realizar as tarefas democráticas do país capitalista de economia atrasada. Velhas medidas de proteção nacional, como as da estatização da riqueza petrolífera, foram sendo desmoronadas pela subserviência da burguesia por seus governos venais. Não por acaso, o acordo de livre comércio com os Estados Unidos e Canadá (Nafta), em 1993, promovido por Carlos Salinas de Gortari, abriu caminho para a colonização do México.
- f) A política de subserviência e o gigantesco peso que esta acarreta para os explorados são sustentados pela via da brutal repressão, dos assassinatos diários, dos desaparecimentos e das chacinas como a de 1968 em Tlatelolco e agora em Iguala. A burguesia mexicana e o imperialismo norte-americano podem sustentar a decomposição social e a barbárie sem que as massas se rebellem e a classe operária lute pelo poder porque há uma crise de direção revolucionária. O que tem a ver com os antecedentes históricos de domínio do nacionalismo burguês e com os desvios contrarrevolucionários traçados pelo estalinismo (Partido Comunista do México).
- g) A violência contrarrevolucionária atesta a situação explosiva da luta de classes no México. Não por acaso, em regiões camponesas e indígenas despontam movimentos radicais, inclusive guerrilheiros como o do estado de Chiapas (Exército de Libertação Nacional-EZLN). Os estudantes de Iguala assassinados se identificam como guevaristas. A questão camponesa-indígena tem, como se vê, um acentuado lugar na luta de classes. A tarefa de expropriar os latifúndios, nacionalizar as terras e entregá-las aos camponeses e às nacionalidades indígenas, no entanto, não podem ser resolvidas por nenhum governo burguês. Nessa impossibilidade, se encontram os limites dos movimentos agrários e a inviabilidade da política castro-guevarista. E também se encontra a raiz de classe da violência contrarrevolucionária da burguesia mexicana.
- h) O México conta com uma poderosa classe operária. É a classe que pode responder às necessidades e reivindicações de camponeses e nacionalidades indígenas. A resolução das tarefas democráticas do capitalismo atrasado, que

combina formas distintas de produção, pré-capitalista e capitalista, virá com a revolução proletária. Não há outra via. A insistência do castro-guevarismo ou do maoísmo em considerar os camponeses como força motriz da revolução em substituição ao proletariado ou em sua secundarização leva o combate ao beco sem saída do reformismo pequeno-burguês. A explosividade da luta de classes no campo está em descompasso com o movimento operário, que se encontra amortecido pelas direções sindicais estatizantes. Está aí por que o proletariado não assumiu a liderança do movimento estudantil-popular para punir os assassinos e avançar com o programa revolucionário.

- i) Diante da violência contrarrevolucionária da burguesia, é necessário trabalhar pela aliança operária e camponesa. Com ela, a vanguarda abre caminho para responsabilizar o Estado burguês e colocar a constituição de um Tribunal Popular, assentado na classe operária, nos camponeses e nas nacionalidades indígenas. Nesse campo, travam-se as lutas contra as direções pró-capitalistas, que bloqueiam a organização independente da classe operária. Que separam a cidade do campo. E que impossibilitam a unidade operária e camponesa. É necessário combater os crimes de classe da burguesia com a defesa das reivindicações das massas, com a estratégia revolucionária, com os métodos e organização da luta de classes. Toda e qualquer concessão à democracia burguesa e ilusão nas instituições capitalistas acabarão por obscurecer a raiz de classe da chacina de Iguala.
- j) A tragédia de Iguala ficará na conta do México como mais uma chacina entre tantas. O Estado carcomido pela burguesia servil e por sua fração narcotraficante isolará o crime político como sendo um desvio do prefeito e de alguns policiais. Acobertará a ditadura de classe capitalista de onde emana toda sorte de violência contrarrevolucionária. Isso porque falta à classe operária o partido revolucionário. Essa é a principal conclusão que emerge do sangue vertido em Iguala. Os explorados mexicanos devem se colocar a tarefa de superar a crise de direção revolucionária. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se esforça por assimilar os acontecimentos da luta de classes no México e incorporá-los no trabalho revolucionário em nossos países. Dispõe ao proletariado, aos camponeses pobres e à juventude oprimida mexicana as nossas experiências de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

## VI. Sobre a Venezuela

- a) As sanções dos Estados Unidos contra o governo de Nicolás Maduro e o subsequente apoio de parte da burguesia latino-americana constituem um passo a mais da reação no sentido da derrubada do regime chavista. A articulação de uma “frente antibolivariana”, patrocinada pelo imperialismo, objetiva em nome da democracia e dos direitos humanos fortalecer a oposição contrarrevolucionária. A classe operária deve rechaçar qualquer ingerência externa e o intervencionismo imperialista.

- b) Os Estados Unidos apoiados pelas demais potências, em especial a Espanha, se opuseram terminantemente desde o momento em que o caudilho Hugo Chávez chegou ao poder do Estado e desfraldou a bandeira nacionalista da “revolução bolivariana”. Armaram uma conspiração golpista com a fração oligárquica venezuelana. O golpe fracassou. O imperialismo não teve outra via senão potencializar a oposição burguesa, à espera do esgotamento do nacionalismo chavista. A crise econômica golpeou duramente a Venezuela. O herdeiro de Hugo Chávez está obrigado a abandonar o populismo assistencialista e sacrificar a vida da maioria oprimida. Não se pode responder revolucionariamente à ofensiva do imperialismo contra o governo de Maduro sem que se tenha claro o fracasso do nacionalismo burguês e sua impotência diante da contrarrevolução em curso.
- c) A impostura da “Revolução Bolivariana” e do “Socialismo no Século XXI” de Hugo Chávez caiu por terra com a crise econômica. O governo de Nicolás Maduro já não tem como administrar o Estado burguês sem atacar as condições de vida dos explorados e sem retroceder às medidas de interesse popular.
- d) Bastou a queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial para que fossem expostos os pés de barro do governo nacionalista. Evidenciou os limites de financiamento de apoio a setores da burguesia e de assistencialismo voltado às massas, considerados como reformas democrático-populares. O governo chavista não deu um passo para superar a condição da Venezuela de país estritamente exportador de matérias-primas, especialmente o petróleo.
- e) As nacionalizações e a caricatura de reforma agrária chegaram ao fim. Não golpearam o capital imperialista, o grande capital venezuelano e a oligarquia agrária. A indústria do petróleo continuou sob a influência do capital externo, considerado como “sócio” da PDVSA. Embora tenha vencido a queda de braço com o monopólio dos meios de comunicação, a espinha dorsal da oligarquia burguesa venezuelana permaneceu intacta.
- f) As limitações do nacionalismo burguês são estabelecidas pelas relações de produção capitalista e pelo domínio da grande propriedade. A “Revolução Bolivariana” afastou um setor da oligarquia do poder do Estado, porém não lhe extraiu o poder econômico. Restringiu a influência do imperialismo na condução da política econômica, mas não liquidou sua influência no seio da economia e da oligarquia contrarrevolucionária.
- g) O certo é que não houve revolução alguma. O que houve foi uma crise do velho regime político que deu lugar a uma disputa interburguesa. A oposição acabou sendo chefiada por um caudilho militar de tendência nacionalista. O que demonstrou a extrema debilidade da burguesia venezuelana, que foi incapaz de impor a independência nacional, de controlar as riquezas naturais (matérias-primas), de resolver a questão agrária e de industrializar o país.
- h) O movimento pequeno-burguês militar canalizou a explosiva luta de classes e obteve o apoio popular suficiente para afastar velhos dirigentes oligárquicos. O chavismo atribuiu a esse fenômeno um conteúdo ideológico que serviu de máscara ao velho nacionalismo burguês. As condições favoráveis da economia mundial do início dos anos 2000 a 2008 deram base material para que o novo regime se projetasse como reformista. Enfrentou uma dura oposição da fração oligárquica vinculada ao imperialismo. Sofreu um golpe, que foi derrotado pela reação popular e pela divisão existente nas Forças Armadas.
- i) A derrota política da oposição contrarrevolucionária foi circunstancial, episódica. Isso explica por que não houve uma revolução. Ao constituir o novo regime, preservando as relações capitalistas de produção e a grande propriedade monopolista, o chavismo manteve em pé a oposição que vem se potenciando com a crise econômica e com os fracassos do bolivarianismo. No momento, as manifestações da pequena burguesia, tendo os estudantes à frente, se arrefeceram, mas voltarão à carga com capacidade ainda maior para contestar o governo.
- j) O governo de Maduro, no último período, tem modificado a política econômica, dirigindo-a em favor dos interesses do grande capital. Tem procurado amenizar o conflito com os Estados Unidos, no que tem fracassado. O imperialismo impulsiona a contrarrevolução interna. Maduro acompanha o movimento de direitização dos governos que aparentavam determinados traços de identidade ideológica com o chavismo, como o do Brasil, Bolívia e Equador. A adaptação do governo de Maduro às pressões da oligarquia venezuelana, do imperialismo e dos governos mencionados têm provocado rachaduras no regime chavista.
- k) A crise política não se circunscreve apenas aos expurgos de altos dirigentes que ocupam postos estratégicos no Estado, como também derivou em prisões de partidários do chavismo responsáveis pela organização de bases de apoio no seio dos explorados. O governo passou a reprimir os “Coletivos”, que atuam como milícias. A morte de milicianos do “Coletivo 5 de Março” desencadeou um dos conflitos mais significativos nas entranhas do governo. O pedido de renúncia do presidente do legislativo e chefe das Forças Armadas bolivarianas, Deusdato Cabello, indicou o impulso das tendências desagregadoras do regime.
- l) A decisão de Maduro de desarmar os “Coletivos” resulta da intervenção dos governos aliados e do imperialismo, que se valeram do avanço da oposição para agirem como “mediadores”. Observa-se que o chavismo se desvincula gradativamente das massas. Procura uma via de saída para a crise por meio da recomposição das forças burguesas. A Lei do Desarmamento objetiva dismantelar os “Coletivos”, numa clara indicação de que o governo terá de atacar os explorados e não pode correr o risco de um levante. A iniciativa para dismantelar as milícias reflete os impasses do chavismo e a decisão do governo Maduro



de evitar uma crise revolucionária no país.

- m) A dependência dos explorados ao chavismo concentra o fundamental da crise política. A classe operária não conta com um partido revolucionário. Não tem, portanto, como se opor à burguesia e ao esgotado regime chavista com um programa de independência de classe. O seu desenvolvimento político-organizativo sempre esteve subordinado ao nacionalismo burguês. O estalinismo, por meio do Partido Comunista venezuelano, contribuiu decisivamente para que o nacionalismo conservasse sua ascendência sobre os explorados. A experiência foquista de correntes castro-guevaristas, como o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) dos anos 60, foi extremamente negativa. De forma que o proletariado não teve a possibilidade de construir o partido marxista-leninista-trotskista.
- n) A tarefa da situação é a de elaborar o programa da revolução proletária. Somente a vanguarda operária venezuelana poderá cumpri-la. Nenhuma força externa terá como substituí-la. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional apenas assinala a partir da experiência da luta de classes na Venezuela, que é parte da luta de classes mundial do proletariado, que não há outra via para derrotar a oligarquia e o imperialismo que não seja a da organização da classe operária em um partido-programa. A superação do nacionalismo não virá automaticamente de sua derrocada pela oligarquia reacionária venezuelana e de sua demonstração prática de impotência diante do imperialismo. A condição para isso é a de constituição do partido revolucionário. O Comitê de Enlace se empenha por meio da crítica programática ao nacionalismo chavista e da defesa das conquistas da classe operária para que se deem os primeiros passos na superação da crise de direção revolucionária.

## VII. Sobre Cuba

A Conferência do Comitê de Enlace rechaça:

- a) a farsa norte-americana de “reatamento das relações diplomáticas com Cuba”. E defende o fim imediato do bloqueio econômico e devolução do território de Guantánamo, incondicionalmente.
- b) a posição do governo cubano, liderado por Raul Castro, de apresentar a farsa do reatamento como um passo progressivo sem que o imperialismo acabe incondicionalmente com o bloqueio a Cuba.
- c) a intermediação do Vaticano, por meio do papa Francisco, cujo objetivo é o de impulsionar o processo de restauração capitalista em Cuba e submeter a ilha ao domínio norte-americano.
- d) a falsa propaganda dos reformistas e castristas de que o reatamento diplomático e a troca de prisioneiros foi uma vitória do povo cubano e uma derrota do imperialismo.

A Conferência do Comitê de Enlace defende integralmente a Revolução Cubana de 1959, que expropriou a burguesia, estabeleceu a propriedade social dos meios de produção e impôs a sua autodeterminação diante do impe-

rialismo. Nesse sentido, a Conferência considera que:

- 1) o restabelecimento diplomático entre os Estados Unidos e Cuba ocorre como parte do amplo processo de restauração capitalista, que destruiu a União Soviética, reintegrou o Leste Europeu à órbita das potências do continente, entregou a Alemanha Oriental aos capitalistas alemães e empurrou a China para a economia de mercado.
- 2) o imperialismo, sob a direção dos democratas, chegou à conclusão de que a Cuba revolucionária já não mais existe e que o governo castrista conduz gradualmente a economia e as relações sociais para o capitalismo.
- 3) os Estados Unidos utilizam a crise econômica para impor suas condições de potência hegemônica. O isolamento da revolução cubana fragilizou a sua capacidade de resistir ao brutal bloqueio do imperialismo, sob a ditadura burocrática de Castro.
- 4) é necessário retomar as raízes da revolução e rechaçar a adaptação do castrismo ao estalinismo. A dependência de Cuba à ditadura burocrática estalinista da ex-União Soviética e a derrota do movimento revolucionário latino-americano nos anos 60 e 70 estão na base da derrocada da revolução cubana.
- 5) somente a revolução proletária em outros países da América Latina e o avanço do proletariado mundial poderiam derrotar a política de guerra fria do imperialismo. Uma vez que não foi esse o curso da história, o fim da guerra fria teve e tem por conteúdo o processo de restauração capitalista. Por essa via, inevitavelmente, o cerco econômico e político dos Estados Unidos a Cuba concluiria com a vitória do imperialismo.
- 6) a defesa das conquistas revolucionárias do proletariado mundial e, em particular do cubano, é fundamental para reorganizar as forças revolucionárias que se erguerão contra o capitalismo em decomposição. O estalinismo e suas variantes, como o castrismo, ao contrário, não só abdicaram da revolução como se colocaram no campo da contrarrevolução.

**A Conferência do Comitê de Enlace defende a revolução cubana como parte da tarefa de superar a crise de direção e de retomar a ofensiva revolucionária das massas pela destruição do capitalismo e construção do socialismo. Trata-se de incorporar na construção dos partidos marxista-leninista-trotskista as conquistas das revoluções proletárias. A luta programática contra a restauração capitalista se constitui no cimento sobre o qual o proletariado recuperará o terreno perdido para a contrarrevolução. A luta do trotskismo contra a destruição do partido bolchevique e da III Internacional se confirmou como a condição para derrotar a ofensiva restauracionista da burocracia e do imperialismo. Sem dúvida a desintegração da IV Internacional pelo revisionismo contribuiu para desarmar a resistência revolucionária ao processo de restauração. Na América Latina, Cuba passou a ter um lugar de destaque e suas conquistas não devem ser abandonadas. A reconstrução da IV Internacional implica a defesa e a assimilação das heroicas lutas dos explorados contra o capitalismo e o imperialismo.**